

**RELATÓRIO DE REVISÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Do

MUNICÍPIO DE SINES

2013

SINES, 8 DE ABRIL DE 2014

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. ÂMBITO	1
3. RESPONSABILIDADES	1
4. TRABALHOS EFETUADOS	2
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	4
6. NOTAS E COMENTÁRIOS	6
6.1) <i>Execução Orçamental</i>	6
6.1.1) Orçamento	6
a) Receitas	7
b) Despesas	8
6.1.2) Execução do plano plurianual de investimentos	13
6.1.3) Execução das ações mais relevantes	13
6.2) <i>Análise Patrimonial</i>	14
6.2.1) Balanço	14
6.2.2) Demonstração dos resultados	20
6.3) <i>Sistema contabilístico</i>	21
6.3.1) Imobilizações	21
a) Bens de domínio público	21
b) Imobilizado incorpóreo	22
c) Imobilizado corpóreo	23
d) Investimentos financeiros	23
e) Amortizações acumuladas	24
f) Imobilizações em curso	25
6.3.2) Existências	25
6.3.3) Dívidas de terceiros	26
6.3.4) Disponibilidades	30
6.3.5) Acréscimos e diferimentos ativos	31
6.3.6) Fundos próprios	32
6.3.7) Passivo antes de acréscimos e diferimentos	32
6.3.8) Acréscimos e diferimentos passivos	38
6.3.9) Provisões e contingências	40
6.3.10) Custos e perdas	41
6.3.11) Proveitos e ganhos	46
7. RÁCIOS, PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E ENDIVIDAMENTO	49
7.1) Indicadores de Gestão	49
7.2) Prazo Médio de Pagamento	49
7.3) Endividamento	49
8. CONTABILIDADE DE CUSTOS	50
9. OPINIÃO E PROPOSTAS	52
9.1) Relato e outros requisitos legais	52
9.2) Conclusão das verificações efetuadas e opinião	52
9.3) Propostas	53
10. FACTOS OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	54
11. AGRADECIMENTOS	54

REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INTRODUÇÃO

Dando satisfação à nomeação de revisor oficial de contas para a qual fomos contratados, procedemos ao exame das demonstrações financeiras do **Município de Sines**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013, (que evidencia um total de **125.437.666,96€** e um total de capital próprio de **60.315.907,28€**, incluindo um resultado líquido negativo de **10.110.002,43€**), a Demonstração dos resultados por naturezas e os Mapas de execução orçamental (que evidenciam um total de **30.698.257,52€** de despesa paga e um total de **30.399.614,69€** de receita cobrada líquida) do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

2. ÂMBITO

Do trabalho efetuado e das conclusões que nos foi possível obter, apresentamos nos capítulos seguintes os comentários e opinião que consideramos relevantes.

Face aos comentários e recomendações efetuadas em anos anteriores, temos vindo a assistir a uma melhoria decorrente da introdução de procedimentos mais adequados, que importa dar continuidade e implementar para áreas materialmente relevantes (imobilizado, existências e dívidas a receber).

Nos termos da alínea i), do n.º 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo Camarário, em Reunião Ordinária de 14 de abril de 2014, delibera sobre a aprovação dos documentos de Prestação de Contas relativas ao exercício de 2013, bem como ainda delibera, remeter os documentos de Prestação de Contas à Assembleia Municipal, para apreciação e votação.

3. RESPONSABILIDADES

É da responsabilidade do Órgão Executivo do Município, a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o resultado das operações e os fluxos de caixa da Entidade, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório com base no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4. TRABALHOS EFETUADOS

O exame a que procedemos foi efetuado, de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Assim foram efetuados procedimentos de revisão e auditoria, com a extensão considerada necessária. Em resultado do exame efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, cujo conteúdo se dá aqui por integralmente reproduzido.

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- (1) Reuniões com os Membros do Órgão Executivo e outros responsáveis, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
- (2) Foram efetuados procedimentos de revisão e auditoria que incluem:
 - Verificação da consistência das peças contabilísticas sobre as quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - Apreciação da fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - Apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias e o normativo aplicável – POCAL;
 - Análise documental, por amostragem, da execução orçamental da despesa e da receita por recurso à verificação de Ordens de Pagamento e Guias de Receita e confrontação da documentação analisada com classificações patrimoniais;
 - Análise documental, por amostragem, de processos de aquisição de bens e serviços, realizadas no exercício, verificando o cumprimento dos requisitos dos normativos aplicáveis relativamente à contratação pública;
 - Apreciação do saldo registado em tesouraria com referência a 31 de dezembro de 2013;
 - Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pelo Município e confirmação direta a extratos emitidos pelas Instituições Financeiras;
 - Análise e testes dos movimentos ocorridos nos contratos de empréstimos e *leasing*, e sua conciliação por confirmação direta a extratos das Instituições Financeiras e mapa de responsabilidades do Banco de Portugal;
 - Apreciação e acompanhamento dos pagamentos efetuados no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL);
 - Confirmação direta e por escrito junto de Terceiros, análise e teste das conciliações efetuadas, com referência a 31 de dezembro de 2013;

- Solicitação direta a Advogados, de informações sobre processos em curso, litígios ou ações judiciais pendentes;
- Análise documental, numa base de amostragem, dos principais movimentos do exercício, aquisições/ abates/alienações, nas rubricas de imobilizações;
- Apreciação dos critérios de amortizações praticados, nomeadamente a sua concordância com a Portaria 671/2000, de 17 de Abril – CIBE (Cadastro de Inventário dos Bens do Estado) e teste aos respetivos cálculos;
- Verificação numa base de amostragem dos principais movimentos do exercício na rubrica de imobilizações em curso;
- Análise dos critérios de reconhecimento e valorização dos investimentos financeiros e validação da necessidade de ajustamentos para fazer face à desvalorização comparativamente ao valor dos capitais próprios das participadas, com referência a 31 de dezembro de 2013;
- Análise e teste dos vários elementos de custos e proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao cumprimento do princípio da especialização dos exercícios;
- Análise e verificação documental, dos valores em aberto na rubrica de acréscimos e diferimentos;
- Verificação do valor acrescido na rubrica de proveitos, respeitantes a 2013, que a Autarquia têm direito a arrecadar e cuja liquidação apenas ocorrerá no decorrer do exercício de 2014;
- Verificação do método adotado para a contabilização das participações recebidas para aquisição e ou construção de bens imobilizáveis, bem como da sua transferência para proveitos e indiretamente para resultados;
- Análise das situações que justificam a constituição de provisões para redução de ativos, para passivos e/ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- Verificação dos montantes constantes no final do exercício nas rubricas de Estado e outros entes públicos e verificação da sua regularização no exercício seguinte, através da verificação dos respetivos documentos de pagamento;
- Análise e verificação documental das variações nos saldos das diversas rubricas que compõem os Fundos próprios;
- Apreciação do processo de inventariação de armazéns;
- Apreciação do prazo médio de pagamento e os limites de endividamento, no final do exercício de 2013;
- Apreciação da informação financeira efetuada ao longo do exercício;
- Apreciação sobre o sistema de contabilidade de custos;
- Apreciação do plano de prevenção de riscos de gestão e do relatório quanto à sua execução;

- Aguarda-se a conclusão do Balanço Social de 2013;
- Apreciação da execução das medidas de redução e contenção de despesas e de otimização da receita;
- Outros procedimentos de auditoria considerados apropriados e relevantes, atendendo às circunstâncias e à realidade e natureza das transações e saldos a analisar.

Procedeu-se à avaliação da situação financeira do Município considerando as disposições legais em vigor, impostas pela Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo OE2013, bem como as disposições previstas na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2014.

Do trabalho efetuado e das conclusões que foram possíveis obter, relatamos nos capítulos seguintes os comentários que consideramos materiais e relevantes.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No cumprimento do disposto no DL n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e suas alterações, o **Município de Sines** prepara as demonstrações financeiras, nos termos do POCAL, devendo elaborar, os seguintes documentos:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexo às demonstrações financeiras; e
- Relatório de Gestão.

Princípios orçamentais e contabilísticos, critérios de valorimetria e regras de execução orçamental

Na sequência do trabalho efetuado em anos anteriores, importa destacar que este tema é o mais relevante para efeitos da tradução da posição financeira e do resultado das operações do Município. Sobre estes aspetos, podemos afirmar que temos vindo a assistir a uma melhoria na forma de revelar os factos contabilísticos, que merecem continuidade.

O Município encontra-se sujeito a princípios orçamentais e contabilísticos, critérios de valorimetria e regras de execução orçamental, conforme previsto nos pontos 3.1, 3.2, 4 e 2.3.4. do POCAL. Apresenta ainda o ponto 2.6 as especificidades do tratamento contabilístico das operações orçamentais.

Nestes termos nenhuma despesa pode ser autorizada ou paga sem que:

- a) o facto gerador da obrigação da despesa respeite as normas legais aplicáveis;
- b) a despesa a realizar disponha de inscrição orçamental, tenha cabimento na respetiva dotação e esteja adequadamente classificada;
- c) a despesa a realizar só possa ser comprometida depois de verificada a existência de fundos disponíveis para o seu pagamento atempado, nos termos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto Lei n.º 127/2012, de 21 de junho); e
- d) a despesa em causa satisfaça o princípio de economia, eficiência e eficácia.

O regime de caixa e o regime do acréscimo inerente ao princípio contabilístico da especialização dos exercícios leva a uma adequação precisa do momento de evidência contabilística dos factos orçamentais (base de caixa) e patrimoniais (base do acréscimo).

Apenas com a aplicação das regras acima referidas se estará em condições de apresentar as demonstrações financeiras de acordo com os mapas apresentados no POCAL, no ponto 8.3.6 – Endividamento.

Do ponto de vista da contabilidade patrimonial a aplicação do princípio da especialização dos exercícios (ou do acréscimo), conduz a que não possam ser reconhecidos custos ou proveitos de um exercício noutro exercício, pelo que a contabilização de faturas de terceiros correspondentes a despesas de anos anteriores, não podem afetar os custos do exercício em causa.

Isto significa dizer-se que no âmbito orçamental todas as despesas devem ser “comunicadas ao orçamento”, devendo o mesmo comportar tais valores e no tocante à contabilidade patrimonial, não se podem contabilizar em custos faturas com datas anteriores ao exercício em curso.

Assim, todas as faturas com data de 2013, apesar de terem dado entrada nos serviços do Município, no início do exercício de 2014, devem ser consideradas para efeitos do encerramento de contas do exercício de 2013.

Cabe destacar a legislação, decorrente da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012, que *“Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.*

Nos pontos seguintes iremos abordar as contas que foram objeto de apreciação e que maior expressão traduzem nas demonstrações financeiras, apresentando-se o trabalho efetuado e os comentários que cada uma nos merece.

6. NOTAS E COMENTÁRIOS

6.1) Execução Orçamental

6.1.1) Orçamento

Solicitaram-se os mapas de execução orçamental da receita e da despesa, bem como a execução do plano plurianual de investimentos e Plano das ações mais relevantes, referentes ao exercício de 2013, dos quais foi possível retirar as conclusões abaixo apresentadas.

Durante o exercício de 2013, foram efetuadas modificações orçamentais que proporcionaram um aumento do orçamento inicial em cerca de 1.481 mil €, resultando destas o valor final orçamentado, para 2013, de cerca de 45,8 milhões de euros.

Face ao valor orçamentado a execução ficou abaixo do valor previsto, devendo ser melhorados os procedimentos inerentes à elaboração do orçamento.

Efetivamente com a entrada em vigor em janeiro de 2014, da nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), encontra-se previsto no n.º 3, do art.º 56.º, da referida lei que caso o Município registe durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85%, são informadas as seguintes entidades: - Membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais; e - Presidentes dos Órgãos Executivo e Deliberativo do Município, os quais devem dar a conhecer o facto aos respetivos Membros, na primeira reunião ou sessão seguinte.

Conforme abaixo é possível verificar a execução da receita, pelo menos desde 2010, é sempre inferior ao padrão de 85% estabelecido como referencial.

Em termos comparativos, podemos verificar que a execução orçamental teve o desempenho visível nos quadros resumo abaixo.

a) **Receitas**

Analisada a execução da receita (líquida) no exercício de 2013, o grau de execução da receita é de 66,41%, representando a receita corrente 83,70% e a receita de capital apenas 50,90%.

RECEITAS	2010	2011	2012	PREVISIONAL	PREVISIONAL	2013
				INICIAL 2013	CORRIGIDO 2013	
Correntes	20.280.783	16.431.382	15.969.645	20.802.463	20.848.001	17.450.282
Capital	3.403.020	6.057.845	12.208.018	23.491.542	24.391.542	12.414.333
Outras	1.811	763	60.983	10	535.010	535.000
TOTAL	23.685.614	22.489.990	28.238.646	44.294.015	45.774.553	30.399.615
GRAU DE EXECUÇÃO	50,49%	42,95%	50,00%			66,41%
Corrente	82,57%	66,41%	65,73%			83,70%
Capital	15,23%	21,93%	37,94%			50,90%
Outras	18109,60%	7630,40%	609829,40%			100,00%

A análise expressa no relatório de gestão, quanto à execução da receita é feita com base na receita cobrada bruta.

O controlo orçamental da receita segue a seguinte estrutura:

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2013	
			VALOR	%
RECEITA CORRENTE	20.802.463	20.848.001	17.450.282	83,70
Impostos directos	5.493.824	5.493.824	6.569.027	119,57
- IMI	1.965.364	1.965.364	1.943.038	98,86
- IUC	255.721	255.721	341.165	133,41
- IMT	950.343	950.343	650.847	68,49
- Derrama	2.321.125	2.321.125	3.633.977	156,56
- Impostos abolidos	1.261	1.261		0,00
- Impostos directos diversos	10	10		0,00
Impostos indirectos	1.432.582	1.432.582	440.488	30,75
Taxas, multas e outras penalidades	511.450	511.450	333.794	65,26
Rendimentos de propriedades	538.232	538.232	517.012	96,06
Transferências correntes	6.252.462	6.298.000	6.167.998	97,94
Venda de bens e prestação de serviços	3.454.403	3.454.403	2.860.253	82,80
Outras receitas correntes	3.119.510	3.119.510	561.711	18,01
RECEITA DE CAPITAL	23.491.542	24.391.542	12.414.333	50,90
Venda de bens de investimento	7.846.606	7.846.606	525.520	6,70
Transferências de capital	11.796.610	11.796.610	8.029.464	68,07
Ativos Financeiros	25.000	25.000	605	2,42
Passivos Financeiros	3.823.306	4.723.306	3.778.273	79,99
Outras receitas de capital	20	20	80.471	402353,40
OUTRAS RECEITAS	10	535.010	535.000	100,00
Reposições não abatidas aos pagamentos	10	10		0,00
Saldo da gerência anterior		535.000	535.000	100,00
TOTAL GERAL	44.294.015	45.774.553	30.399.615	66,41

b) Despesas

Quanto à despesa a mesma assume um grau de execução de 67,06%, com a despesa corrente com um grau de execução de 80,11% e a despesa de capital em 55,63%.

DESPESAS	2010	2011	2012	PREVISIONAL	PREVISIONAL	2013
				INICIAL 2013	CORRIGIDO 2013	
Correntes	17.328.285	14.786.601	15.250.594	20.802.463	21.383.001	17.128.958
Capital	5.777.046	8.705.040	11.760.503	23.491.552	24.391.552	13.569.300
TOTAL	23.105.331	23.491.641	27.011.097	44.294.015	45.774.553	30.698.258
GRAU DE EXECUÇÃO	49,25%	44,86%	47,83%			67,06%
Corrente	70,55%	59,76%	62,77%			80,11%
Capital	25,85%	31,52%	36,55%			55,63%

De seguida apresenta-se a desagregação da despesa pelas classificações mais relevantes:

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2013	
			VALOR	%
DESPESA CORRENTE	20.802.463	21.383.001	17.128.958	80,11
Despesas com pessoal	7.890.651	8.471.537	7.962.009	93,99
Aquisição de bens e serviços	8.349.262	9.340.925	6.405.435	68,57
Juros e outros encargos	789.800	392.722	258.816	65,90
Transferências correntes	3.292.610	2.794.533	2.216.722	79,32
Subsídios	22.040	87.560	65.801	75,15
Outras despesas correntes	458.100	295.725	220.175	74,45
DESPESA DE CAPITAL	23.491.552	24.391.552	13.569.300	55,63
Aquisição de bens de capital	20.770.432	20.770.432	11.339.309	54,59
Transferências de capital	207.110	207.110	84.901	40,99
Ativos financeiros	532.910	532.910		0
Passivos financeiros	1.941.000	2.841.000	2.145.090	75,5
Outras despesas de capital	40.100	40.100		0
TOTAL GERAL	44.294.015	45.774.553	30.698.258	67,06

Ao nível de execução das despesas correntes, destaca-se a rubrica de despesas com o pessoal, com um grau de execução de 93,99%. Ao nível da despesa de capital os passivos financeiros destacam-se, com uma execução de 75,5% e um total de despesa paga de cerca de 2,1 milhões de euros, referentes a amortizações de capital de empréstimos obtidos.

Importa ainda verificar que a despesa paga no exercício de 2013, referente a exercícios anteriores foi significativa, ascendendo a cerca de 6,4 milhões de euros.

Na despesa comprometida para exercícios futuros, e de forma a dar cumprimento ao estipulado no POCAL, encontram-se registados cerca de 19 milhões de euros a título de compromissos futuros, nas rubricas orçamentais abaixo discriminadas, merecendo este processo acompanhamento e registo a todo o momento, nomeadamente pelo ajustamento dos acordos de pagamento contratualizados com os terceiros.

Recomenda-se por isso, a continuidade de trabalhos desenvolvidos ao nível do controlo interno, quanto ao registo dos compromissos futuros.

A sua evolução no quadriénio de 2010 a 2013 apresenta-se como segue:

2013		2014	2015	2016	seguintes
		4.784.351,20	3.104.243,70	7.816.431,11	3.462.598,19
		27,64%	17,93%	45,16%	20,00%
		19.167.624,20			
	01 Despesas com o pessoal	249.770,36			
	02 Aquisição de bens e serviços	1.465.338,22	1.258.177,15	190.953,35	5.764,34
	03 Juros e outros encargos	121.281,30	148.127,89	518.587,57	366.956,97
	05 Subsídios	1.257,66			
	07 Aquisição de bens de capital	511.930,86	217.586,66	96.000,00	
	10 Passivos financeiros	2.434.772,80	1.480.352,00	7.010.890,19	3.089.876,88
	TOTAL	4.784.351,20	3.104.243,70	7.816.431,11	3.462.598,19

2012		2013	2014	2015	seguintes
		10.798.446,15	3.380.206,57	2.290.615,10	10.866.733,59
		39,50%	12,37%	8,38%	39,75%
		27.336.001,41			
	01 Despesas com o pessoal	48.440,40	32.293,60	175.925,75	9.446,48
	02 Aquisição de bens e serviços	1.084.505,67	153.122,61	13.047,91	1.406,51
	03 Juros e outros encargos	203.449,21	218.839,87	206.072,08	975.715,47
	04 Transferências correntes	28.031,16	268.550,51	410.447,20	24.313,70
	07 Aquisição de bens de capital	7.511.420,14	192.160,74	9.477,16	118.735,27
	08 Transferências de capital		23.603,52		
	10 Passivos financeiros	1.922.599,57	2.491.635,72	1.475.645,00	9.737.116,16
	TOTAL	10.798.446,15	3.380.206,57	2.290.615,10	10.866.733,59

2011		2012	2013	2014	seguintes
		9.708.612,14	4.258.399,53	1.421.069,48	3.774.629,82
		50,66%	22,22%	7,42%	19,70%
		19.162.710,97			
	01 Despesas com o pessoal	48.440,40	48.440,40	32.293,60	
	02 Aquisição de bens e serviços	1.180.704,56	742.047,55	120.370,35	
	03 Juros e outros encargos				
	04 Transferências correntes	65.397,80	3.457,14		
	07 Aquisição de bens de capital	6.854.660,61	1.903.670,31	44.892,00	142.140,00
	10 Passivos financeiros	1.559.408,77	1.560.784,13	1.223.513,53	3.632.489,82
	TOTAL	9.708.612,14	4.258.399,53	1.421.069,48	3.774.629,82

2010		2011	2012	2013	seguintes
		6.371.875,48	1.772.807,58	1.766.287,60	4.856.648,10
		43,15%	12,00%	11,96%	32,89%
		14.767.618,76			
	01 Despesas com o pessoal				
	02 Aquisição de bens e serviços	8.700,00			
	03 Juros e outros encargos	171.694,57	160.701,56	158.631,01	
	04 Transferências correntes	31.934,00			
	07 Aquisição de bens de capital	4.550.701,10	51.645,36	45.956,34	36.262,90
	10 Passivos financeiros	1.608.845,81	1.560.460,66	1.561.700,25	4.820.385,20
	TOTAL	6.371.875,48	1.772.807,58	1.766.287,60	4.856.648,10

Quanto aos compromissos assumidos e não pagos no exercício, somam o montante de 5.504.838,10€, repartidos por:

	COMPROSSIMOS ASSUMIDOS			
	EXERCÍCIO	PAGOS		POR REALIZAR E PAGAR
		ANO	ANOS ANTERIORES	
2013				
01 Despesas com o pessoal	8.013.767,71	7.641.801,57	320.207,08	51.759,06
02 Aquisição de bens e serviços	8.330.474,98	3.850.926,10	2.554.509,14	1.925.039,74
03 Juros e outros encargos	310.410,38	216.954,65	41.861,71	51.594,02
04 Transferências correntes	2.605.930,16	1.566.280,70	650.441,27	389.208,19
05 Subsídios	78.813,92	65.800,91		13.013,01
06 Outras Despesas Correntes	225.460,19	218.830,70	1.343,84	5.285,65
07 Aquisição de bens de capital	14.370.336,76	8.585.734,10	2.753.574,89	3.031.027,77
08 Transferências Capital	108.722,40	17.187,49	67.713,36	23.821,55
09 Ativos Financeiros	14.088,11			14.088,11
10 Passivos financeiros	2.145.091,01	2.145.090,01		1,00
11 Outras despesas de capital				0,00
TOTAL	36.203.095,62	24.308.606,23	6.389.651,29	5.504.838,10

Os compromissos futuros totais assumidos (futuros e por pagar), ascendem ao valor de 24.672.462,30€, dos quais, como acima já se referiu, 19.167.624,20€ respeitam a exercícios futuros. Face a 2012 verifica-se uma oscilação negativa em cerca de 11,6 milhões de euros:

	COMPROMISSOS FUTUROS	COMPROMISSOS DO POR PAGAR
2013		
Despesas com o pessoal	249.770,36	51.759,06
Aquisição de bens e serviços	2.920.233,06	1.925.039,74
Juros e outros encargos	1.154.953,73	51.594,02
Transferências correntes		389.208,19
Subsídios	1.257,66	13.013,01
Outras depeças correntes		5.285,65
Aquisição de bens de capital	825.517,52	3.031.027,77
Transferências de capital		23.821,55
Ativos financeiros		14.088,11
Passivos financeiros	14.015.891,87	1,00
TOTAL	19.167.624,20	5.504.838,10
	24.672.462,30	

	COMPROMISSOS FUTUROS	COMPROMISSOS DO POR PAGAR
2012		
Despesas com o pessoal	266.106,23	155.461,82
Aquisição de bens e serviços	1.252.082,70	3.521.599,75
Juros e outros encargos	1.604.076,63	119.648,18
Transferências correntes	330.372,53	395.920,63
Outras depeças correntes		18.684,81
Aquisição de bens de capital	8.232.763,35	4.710.711,42
Transferências de capital	23.603,52	64.109,84
Ativos financeiros		14.088,11
Passivos financeiros	15.626.996,45	1,00
TOTAL	27.336.001,41	9.000.225,56
	36.336.226,97	

Como se constata nos dados da execução do orçamento final, o princípio do equilíbrio orçamental corrente foi respeitado, verificando-se que as receitas correntes ultrapassaram as despesas correntes ($RC > DC$), em cerca de 321 mil euros. Segundo este princípio, ponto 3.1.1, alínea e) do POCAL, "(...) o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes". Este princípio é válido na fase de elaboração do orçamento e execução do mesmo merecendo uma atenção da gestão para que no final do exercício, possa o mesmo ser cumprido.

	2010	2011	2012	2013
RECEITA CORRENTE/DESPESA CORRENTE	1,17	1,11	1,05	1,02

Todavia a nova lei das finanças locais, prevê no seu art.º 40º, uma nova definição para efeitos de equilíbrio orçamental.

Efetivamente a partir de 1 de janeiro de 2014, o equilíbrio orçamental é apurado nos seguintes termos:

Receita corrente bruta cobrada
=>
Despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo

Se admitirmos que esta regra se encontrava em vigor em 2012 e 2013, facto que não ocorreu¹, verificamos que:

		31-12-2012	31-12-2013
1.	Receita corrente bruta cobrada	16.028.668,22 €	17.610.012,86 €
2.	Despesa corrente	15.250.594,00 €	17.128.957,67 €
3.	Amortização média de emp.M/L.Prazo	2.114.698,21 €	2.366.717,69 €
4. = 2. + 3.	TOTAL	17.365.292,21 €	19.495.675,36 €
5. = 1. - 4.	EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	-1.336.623,99 €	-1.885.662,50 €
6.	Receita corrente líquida (1)	15.969.644,67	17.450.281,91 €
7. = 6. x 5%	5% do valor da receita corrente totais	798.482,23 €	872.514,10 €
8. = 5. - 7.	Incumprimento no equilíbrio orçamental	-538.141,76 €	-1.013.148,41 €

(1) Considerada como as receitas correntes totais

¹ Não se aplica ao ano de 2012 e 2013, dado que a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, só entrou em vigor em 1/1/2014. Apenas se apresenta para início de acompanhamento das novas regras.

Face aos valores apurados para o cálculo do equilíbrio orçamental para os períodos identificados, concluímos verificar-se desequilíbrio orçamental, o qual excede 5% do valor da receita corrente líquida em 2012, não sendo compensado no ano seguinte. Pelo contrário assistimos ainda a um agravamento.

Assim, tal situação merece ajustamento em alta, do valor da receita corrente, para que no futuro a regra de equilíbrio se verifique, para além de redução da despesa corrente. Para o efeito é necessário melhorar a eficiência e eficácia na arrecadação da receita corrente, contribuindo em especial a recuperação das dívidas em atraso, sempre que possível.

6.1.2) Execução do plano plurianual de investimentos

No ano de 2013, a execução do PPI atingiu um grau, em termos anuais, de 54,59%, e em termos globais de 67,73%.

	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			GRAU DE EXECUÇÃO	
	ANO	ANOS SEGUINTE	TOTAL	ANTERIOR	ANO	TOTAL	ANUAL	GLOBAL
Funções Gerais	1.666.926	375.330	2.042.256	3.342.335	898.700	4.241.036	53,91	78,76
- Serv. Gerais Adm. Pública	1.666.926	375.330	2.042.256	3.342.335	898.700	4.241.036		
Funções Sociais	15.666.064	3.623.580	19.289.644	20.382.153	9.419.420	29.801.573	60,13	75,12
- Educação	1.240.999	40.000	1.280.999	6.509.194	901.017	7.410.212		
- Segurança e Ações Sociais	119.817		119.817	22.810	114.977	137.787		
- Habitação e Serviços Colectivos	9.956.812	3.583.580	13.540.392	7.632.243	5.270.689	12.902.932		
- Serv. Culturais Rec. Religiosos	4.348.435		4.348.435	6.217.907	3.132.736	9.350.643		
Funções Económicas	3.437.442	5.651.264	9.088.706	4.991.745	1.021.189	6.012.934	29,71	42,7
- Indústria e Energia	982.741	1.648.264	2.631.005	420.479	318.029	738.508		
- Transportes e Comunicações	2.404.701	4.003.000	6.407.701	4.571.266	703.160	5.274.426		
- Comércio e Turismo	50.000		50.000					
TOTAL GERAL	20.770.432	9.650.174	30.420.606	28.716.234	11.339.309	40.055.543	54,59	67,73

6.1.3) Execução das ações mais relevantes

Verifica-se em relação às ações mais relevantes que a sua execução anual é de 79,07% e global de 88,86%.

	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			GRAU DE EXECUÇÃO	
	ANO	ANOS SEGUINTE	TOTAL	ANTERIOR	ANO	TOTAL	ANUAL	GLOBAL
Funções Gerais	1.476.646	0	1.476.646	848.161	1.191.814	2.039.975	80,71	87,75
- Serv. Gerais Adm. Pública	1.360.896		1.360.896	806.911	1.132.064	1.938.975		
- Segurança e Ordem Pública	115.750		115.750	41.250	59.750	101.000		
Funções Sociais	1.873.345	0	1.873.345	2.194.497	1.532.525	3.727.022	81,81	91,62
- Educação	187.439		187.439	128.769	151.722	280.491		
- Segurança e Ações Sociais	168.132		168.132	199.652	105.516	305.169		
- Habitação e Serviços Colectivos	2.500		2.500					
- Serv. Culturais Rec. Religiosos	1.515.274		1.515.274	1.866.076	1.275.286	3.141.363		
Funções Económicas	265.696	0	265.696	135.177	134.681	269.858	50,69	67,32
- Comércio e Turismo	265.696		265.696	135.177	134.681	269.858		
TOTAL GERAL	3.615.687	0	3.615.687	3.177.836	2.859.020	6.036.856	79,07	88,86

6.2) Análise Patrimonial

6.2.1) Balanço

Apresenta-se a comparabilidade do Balanço da entidade, do quadriênio de 2010 a 2013.

O ativo líquido ascende a 125.437.666,96€ representando o imobilizado cerca de 95% do ativo total.

Código contas POCAL	Ativo	2010		2011		2012		2013		Variação 2013/2012 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
	Imobilizado:									
	Bens de domínio público:									
451	Terrenos e recursos naturais	5.767.321,78	6,73	5.984.027,92	6,36	7.154.441,89	6,51	7.154.473,44	5,70	0,00
452	Edifícios	255.504,76	0,30	255.504,76	0,27	255.504,76	0,23	255.504,76	0,20	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	33.212.240,25	38,75	33.594.499,84	35,70	40.529.025,85	36,88	46.621.933,70	37,17	15,03
455	Bens do patrim.hist.art. e cultural	426.418,45	0,50	426.418,45	0,45	1.086.078,64	0,99	1.086.078,64	0,87	0,00
459	Outros bens de domínio público	363.492,74	0,42	363.492,74	0,39	365.642,74	0,33	655.220,03	0,52	79,20
445	Imobilizações em curso	6.774.108,28	7,90	10.098.784,66	10,73	11.714.269,72	10,66	10.373.995,16	8,27	-11,44
485	Amortizações acumuladas	21.860.631,47	25,50	22.661.734,39	24,09	23.503.569,03	21,39	24.634.616,15	19,64	4,81
		24.938.454,79	29,09	28.060.993,98	29,82	37.601.394,57	34,22	41.512.589,58	33,09	10,40
	Imobilizações incorpóreas:									
432	Despesas de invest.e de desenvolvimento	240.455,33	0,28	271.082,33	0,29	450.273,48	0,41	710.162,50	0,57	57,72
443	Imobilizações em curso	845.670,47	0,99	1.281.757,27	1,36	1.341.596,99	1,22	1.707.696,55	1,36	27,29
483	Amortizações acumuladas	98.953,70	0,12	178.625,70	0,19	221.031,05	0,20	357.166,96	0,28	61,59
		987.172,10	1,15	1.374.213,90	1,46	1.570.839,42	1,43	2.060.692,09	1,64	31,18
	Imobilizações corpóreas:									
421	Terrenos e recursos naturais	20.828.197,06	24,30	22.263.446,66	23,66	25.257.067,10	22,99	34.275.228,33	27,32	35,71
422	Edifícios e outras construções	28.028.009,47	32,70	28.203.845,04	29,98	29.603.512,69	26,03	32.048.043,52	25,55	12,04
423	Equipamento básico	6.245.653,90	7,29	6.741.604,29	7,17	7.054.318,82	6,42	7.500.216,08	5,98	6,32
424	Equipamento de transporte	2.065.920,17	2,41	2.198.187,12	2,34	2.201.053,02	2,00	2.202.555,73	1,76	0,07
425	Ferramentas e utensílios	126.602,54	0,15	135.861,36	0,14	134.019,14	0,12	134.584,20	0,11	0,42
426	Equipamento administrativo	686.676,22	0,80	735.972,22	0,78	801.539,11	0,73	905.296,38	0,72	12,94
427	Taras e vasilhame	53,86	0,00	53,86	0,00	7,98	0,00	7,98	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	421.756,83	0,49	421.756,83	0,45	783.182,78	0,71	830.526,75	0,66	6,05
442	Imobilizações em curso imobilizações corpóreas	2.281.371,21	2,66	4.665.604,83	4,96	6.080.403,74	5,53	5.977.813,53	4,77	-1,69
482	Amortizações acumuladas	7.576.376,12	8,84	9.011.295,15	9,58	10.377.044,78	9,44	11.510.269,81	9,18	10,92
		53.107.865,14	61,96	56.355.037,06	59,90	60.538.059,60	55,09	72.364.002,69	57,69	19,53
	Investimentos financeiros:									
411	Partes de capital	1.879.812,09	2,19	3.801.624,12	4,04	3.576.403,54	3,25	3.401.126,78	2,71	-4,90
412	Obrigações e títulos de participação	4.985,01	0,01	4.985,01	0,01	4.985,01	0,00	4.985,01	0,00	0,00
414	Investimentos em imóveis	29.335,03	0,03	29.335,03	0,03	29.335,03	0,03	29.335,03	0,02	0,00
441	Imobilizações em curso	5.293,93	0,01	5.293,93	0,01	5.293,93	0,00			-100,00
481	Amortizações acumuladas	2.435,17	0,00	2.801,89	0,00	3.168,61	0,00	3.535,33	0,00	11,57
		1.916.990,89	2,24	3.838.436,20	4,08	3.612.848,90	3,29	3.431.911,49	2,74	-5,01
	Circulante:									
	Existências:									
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	510.513,48	0,60	545.786,60	0,58	528.748,59	0,48	664.344,20	0,53	25,64
39	Provisões para dep.existências							17.084,22	0,01	100,00
		510.513,48	0,60	545.786,60	0,58	528.748,59	0,48	647.259,98	0,52	22,41
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:									
28	Empréstimos concedidos							10.341,80	0,01	100,00
211	Clientes, c/c	626.353,53	0,73	603.620,85	0,64	493.168,51	0,45	107.137,90	0,09	-78,28
212	Contribuinte c/c	211.254,58	0,25	248.426,15	0,26	294.696,98	0,27	743,49	0,00	-99,75
213	Utentes c/c	475.135,19	0,55	777.784,41	0,83	952.742,62	0,87	466.082,49	0,37	-51,08
218	Clientes, cont. e utentes de cobrança duvidosa	821.167,97	0,96	842.552,01	0,90	852.264,19	0,78	2.060.245,10	1,64	141,74
2619	Adiantamento a fornecedores imobilizado c/c					274.678,21	0,25	72.950,80	0,06	-73,44
229	Adiantamento a fornecedores c/c							46.153,83	0,04	100,00
24	Estado e outros entes públicos			7.702,50	0,01	13.742,17	0,01	19.928,58	0,02	45,02
262+263+ 267+268	Outros devedores	1.187.879,99	1,39	1.391.003,72	1,48	1.837.815,07	1,67	3.030.782,37	2,42	64,91
291	Provisões para cobranças duvidosas	821.167,97	0,96	842.552,01	0,90	852.264,19	0,78	2.039.269,13	1,63	139,28
		2.500.623,29	2,92	3.028.537,63	3,22	3.868.843,56	3,52	3.775.097,23	3,01	-2,37
	Depósitos em instit.financieiras e caixa									
12	Depósitos em inst.financieiras	1.371.455,67	1,60	587.396,00	0,62	1.907.282,67	1,74	1.310.886,03	1,05	-31,27
11	Caixa	3.361,27	0,00					1.464,30	0,00	100,00
		1.374.816,94	1,60	587.396,00	0,62	1.907.282,67	1,74	1.312.350,33	1,05	-31,19
	Acréscimos e diferimentos									
271	Acréscimos de proventos	326.822,32	0,38	262.599,60	0,28	237.795,34	0,22	322.284,38	0,26	35,53
272	Custos diferidos	54.810,90	0,06	36.067,71	0,04	19.022,88	0,02	11.479,19	0,01	-39,66
		381.633,22	0,45	298.667,31	0,32	256.818,22	0,23	333.763,57	0,27	29,96
	TOTAL DO ATIVO	85.718.069,85	100,00	94.089.068,68	100,00	109.882.835,53	100,00	125.437.666,96	100,00	14,16

Os fundos próprios do Município ascendem a 60.315.907,28€, apurando um resultado líquido negativo de 10.110.002,43€.

O passivo total sofreu um aumento de 25,50%, face ao ano transato, ascendendo a 65.121.759,68€. Este aumento reflete a oscilação positiva das provisões para riscos e encargos (#29), dos acréscimos e diferimentos (#27.4) e dívidas a instituições de crédito (#23). Em sentido contrário, verifica-se a diminuição das dívidas a fornecedores e outros credores (#221, #228, #261 e #268)

Códigos contas	Fundos próprios e passivo	2010		2011		2012		2013		Variação 2013/2012 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
POCAL										
51	Fundos próprios:									
55	Património	27.988.803,30	32,65	27.988.803,30	29,75	27.988.803,30	25,47	34.656.373,30	27,63	23,82
	Ajustamentos de partes de capital em empresas	-299.938,82	-0,35	1.363.015,26	1,45	1.143.438,74	1,04	1.150.840,16	0,92	0,65
	Reservas:									
571	Reservas legais	246.590,34	0,29	433.481,67	0,46	433.481,67	0,39	474.937,23	0,38	9,56
576	Doações	108.050,17	0,13	108.050,17	0,11	108.050,17	0,10	592.130,17	0,47	448,01
578	Reservas decorrentes de Modificações Patrimoniais	8.085.916,14	9,43	9.411.710,62	10,00	21.229.153,28	19,32	23.697.413,28	18,89	11,63
59	Resultados transitados	2.671.425,32	3,12	6.948.714,84	7,39	6.261.057,92	5,70	9.854.215,57	7,86	57,39
88	Resultado líquido do exercício	3.737.826,66	4,36	-930.916,08	-0,99	829.110,18	0,75	-10.110.002,43	-8,06	-1.319,38
		42.538.673,11	49,63	45.322.859,78	48,17	57.993.095,26	52,78	60.315.907,28	48,08	4,01
	Passivo:									
292	Provisões para riscos e encargos	2.826.666,38	3,30	2.826.666,38	3,00	3.254.993,15	2,96	10.366.657,18	8,26	218,48
		2.826.666,38	3,30	2.826.666,38	3,00	3.254.993,15	2,96	10.366.657,18	8,26	218,48
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:									
2312	Dívidas a instituições de crédito	15.956.602,49	18,62	14.031.780,71	14,91	12.382.709,12	11,27	14.015.891,87	11,17	13,19
		15.956.602,49	18,62	14.031.780,71	14,91	12.382.709,12	11,27	14.015.891,87	11,17	13,19
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:									
221	Fornecedores, c/c	2.259.112,65	2,64	3.296.255,78	3,50	2.952.248,02	2,69	1.169.787,78	0,93	-60,38
228	Fornecedores - Facturas em rec.e conferência	323.563,75	0,38	1.058.464,09	1,12	858.938,85	0,78	727.972,56	0,58	-15,25
261	Fornecedores de imobilizado, c/c	2.350.400,43	2,74	4.805.760,97	5,11	3.325.374,72	3,03	2.178.055,03	1,74	-34,50
24	Estado e outros entes públicos	190.111,89	0,22	168.025,18	0,18	144.377,28	0,13	106.795,33	0,09	-26,03
264	Administração autárquica	308.264,54	0,36	407.834,74	0,43	403.582,08	0,37	136.029,11	0,11	-66,29
262+263+265+267+268	Outros credores	2.273.998,91	2,65	2.630.466,59	2,80	2.678.644,92	2,44	2.391.566,18	1,91	-10,72
		7.705.452,17	8,99	12.366.807,35	13,14	10.363.165,87	9,43	6.710.205,99	5,35	-35,25
	Acréscimos e diferimentos									
273	Acréscimos de custos	1.106.715,67	1,29	887.576,86	0,94	840.356,35	0,76	1.300.115,55	1,04	54,71
274	Proveitos diferidos	15.583.960,03	18,18	18.653.377,60	19,83	25.048.515,78	22,80	32.728.889,09	26,09	30,66
		16.690.675,70	19,47	19.540.954,46	20,77	25.888.872,13	23,56	34.029.004,64	27,13	31,44
	TOTAL DO PASSIVO	43.179.396,74	50,37	48.766.208,90	51,83	51.889.740,27	47,22	65.121.759,68	51,92	25,50
	TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	85.718.069,85	100,00	94.089.068,68	100,00	109.882.835,53	100,00	125.437.666,96	100,00	14,16

Apesar do passivo ascender ao montante acima indicado, tal não significa dizer que a dívida assume a expressão do valor indicado. Efetivamente a dívida totaliza cerca de 20,7 milhões de euros (14 milhões euros a título de empréstimos e 6,7 milhões de euros de outros Terceiros), já que as provisões para riscos e encargos (10,4 milhões de euros) e os acréscimos e diferimentos (34 milhões de euros) não representam dívida².

Devido ao Programa de Apoio à Economia Local, destaca-se a oscilação positiva da rubrica de dívidas a instituições de crédito – médio e longo prazo e, em sentido contrário, a oscilação negativa dos fornecedores correntes e de imobilizado.

² Veja-se por exemplo que o valor dos subsídios ao investimento integrados na conta #274 Proveitos diferidos, no valor de 32,7 milhões de euros, no normativo empresarial, passou a integrar o valor dos Capitais/Fundos Próprios, reforçando a estrutura financeira das empresas. Dado que o POCAL resultou do anterior normativo empresarial (POC), revogado em 2010, poderá vir a verificar-se de igual forma a referida alteração.

Efetivamente o PAEL, possibilitou o pagamento de dívidas para com os fornecedores, sendo possível verificar no mapa das outras dívidas a Terceiros, que a sua discriminação é substancialmente diferente do valor apurado no final do exercício de 2012 (- Dívida em 31/12/2012 - 10.363.165,87 € e em 31/12/2013 – 6.710.205,99 €). O efeito traduz-se nas contas do Município, pela alteração do titular da dívida que deixou de ser o Terceiro passando a ser a favor do Estado, sendo que a responsabilidade do seu pagamento foi dilatada até ao ano de 2026, através da contratação do empréstimo.

Importa ainda referir o valor das provisões, cujo montante ascende a cerca de 10,4 milhões de euros. O peso substancial reporta-se aos valores abaixo discriminados, não aceites e reclamados por parte do Município e a encargos com a ADSE, que se encontram na mesma situação. Este valor representa uma obrigação, ainda que possa comportar uma resolução incerta mas que cumpre os requisitos de reconhecimento. A este propósito veja-se a definição acolhida na nova lei das finanças locais (Lei nº 73/2013, de 3 de setembro) ³.

	2012	Aumento	Redução	2013
PASSIVO				
# 29.2 Provisões para riscos e encargos	3.254.993,15	7.118.367,28	6.703,25	10.366.657,18
- Processos judiciais em curso				
Aguas Santo André	1.947.053,38	832.244,06	6.703,25	2.772.594,19
SISAQUA	47.020,34	60.559,52		107.579,86
PARQUES & JARDINS	11.744,69			11.744,69
SOBRECONSTRUÇÕES CVP, LDA	13.627,96			13.627,96
TERBAL	12.839,44			12.839,44
ZURICH		7.019,57		7.019,57
SOMEC		1.142.291,03		1.142.291,03
INTERSIMET		70.936,48		70.936,48
MARIA JEORGINA PALET E JORGE PALET		3.947.443,75		3.947.443,75
MARIA ISABEL FARELO LOPES E OUTROS		125.000,00		125.000,00
MARIA JOSÉ CAMPOE E OUTROS		15.000,00		15.000,00
REPSOL		2.833,49		2.833,49
MINISTÉRIO PÚBLICO		406.816,53		406.816,53
ELETRONIC SINEENSE, UNIP., LDA E RESTAURANTE O GALO		101.112,73		101.112,73
MARIA DOMINGAS DA COSTA E OUTRA		15.000,01		15.000,01
VALENTIM ALBINO PEREIRA		165.845,00		165.845,00
IMOBILIÁRIA CARDOSO MOTA, SA		30.000,01		30.000,01
AMBAAL		97.128,11		97.128,11
GYPTIC IBÉRICA		30.000,01		30.000,01
PIROTECNICA BARQUENSE		2.300,45		2.300,45
HERDEIROS DE JOSÉ EDGAR LOUÇÃO		45.000,00		45.000,00
CPCIS		15.336,53		15.336,53
TOPBET		1.500,00		1.500,00
PAULA CRISTINA GUERREIRO FIGUEIREDO		5.000,00		5.000,00
- Outros riscos e encargos - ADSE	1.222.707,34			1.222.707,34
TOTAL DAS PROVISÕES - PASSIVO	3.254.993,15	7.118.367,28	6.703,25	10.366.657,18

³ Lei nº 73/2013, de 3 de setembro - Artigo 2º, alínea i) - «Responsabilidades contingentes», possíveis obrigações que resultem de factos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade, ou obrigações presentes que, resultando de acontecimentos passados, não são reconhecidas porque: i) Não é provável que um exfluxo de recursos, que incorpora benefícios económicos ou um potencial de serviço, seja exigido para liquidar as obrigações; ou ii) O montante das obrigações não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.



O valor da dívida reflete ainda o valor da subscrição de capital na sociedade POLIS Litoral Sudoeste, S. A., a qual ascende a 1.568 mil euros. Todavia por proposta da sociedade Polis e em acordo de acionistas, foi solicitada a redução da intervenção financeira. A proposta mereceu aprovação da Sra. Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. Neste sentido o valor da responsabilidade na realização do capital da sociedade por parte do Município, passará a ascender a 587.767 € (menos 980.233 €).

Dado que formalmente o capital da sociedade Polis ainda não sofreu alteração, a responsabilidade legal do cumprimento da realização por parte do Município de Sines ainda ascende a 1.568 mil euros.

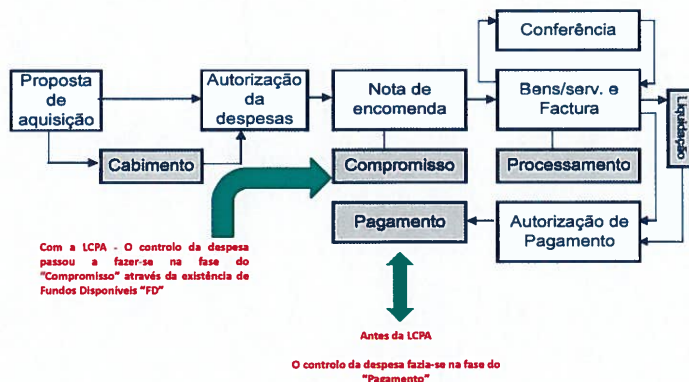
Para o total do passivo e não para efeitos de valor de dívida, acresce ainda o aumento dos proveitos diferidos, por via do recebimento dos subsídios ao investimento.

Em termos de conclusão da dívida para com Terceiros, e apesar dos valores a alojar à entidade Águas de Santo André, S.A., serem elevados, é nossa opinião, que a situação financeira do Município merece atento controlo e acompanhamento.

Para o efeito contribuirá uma gestão adequada da dívida, enquadrada pelas restrições impostas pela lei, nomeadamente: - Lei das Finanças Locais; - Lei do Orçamento do Estado para 2014; - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso; - Lei do PAEL; e - Outros normativos reguladores dos anteriores e da atividade autárquica.

Realçamos, ainda, que devem ser atendidos os requisitos necessários à aplicação das exigências quanto ao apuramento dos Fundos Disponíveis, e ao enquadramento dos Compromissos dentro dos limites apurados para o efeito. Efetivamente, hoje não basta que a despesa tenha cabimento orçamental, que se assuma o seu pagamento em data possível, sem que antes se verifique a existência de Fundos Disponíveis.

O ciclo da despesa mantém-se igual ao que se encontrava definido e em vigor antes da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, com exceção do momento em que a garantia do seu pagamento se encontra assumido. O referido momento viu-se antecipado para o momento da assunção do compromisso, em detrimento do momento de pagamento, conforme esquema seguinte e que exige a disponibilidade de Fundos Disponíveis para a sua realização.



Foi compilada a informação reportada mensalmente para o portal autárquico, quanto aos fundos disponíveis e compromissos assumidos, a qual em termos agregados se apresenta no quadro seguinte, verificando-se incumprimento nos meses de agosto, outubro, novembro e dezembro.

	FUNDOS DISPONÍVEIS ESTIMADOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS	FUNDOS DISPONÍVEIS APÓS COMPROMISSOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS PAGAMENTOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR PAGAR
JANEIRO	8.736.762	3.328.826	5.407.936	1.683.024	1.645.802
FEVEREIRO	7.002.495	4.361.878	2.640.616	1.683.024	2.678.854
MARÇO	11.122.420	6.707.974	4.414.445	4.742.725	1.965.249
ABRIL	12.568.860	9.803.861	2.764.999	7.323.350	2.480.511
MAIO	16.070.724	12.979.557	3.091.167	9.581.396	3.398.161
JUNHO	23.457.117	22.465.335	991.782	11.751.470	10.713.865
JULHO	27.551.997	26.221.216	1.330.781	13.607.188	12.614.028
AGOSTO	28.575.478	29.553.296	-977.818	17.547.082	12.006.214
SETEMBRO	31.913.414	31.455.361	458.053	21.250.401	10.204.961
OUTUBRO	31.868.900	36.801.580	-4.932.680	23.632.691	13.168.889
NOVEMBRO	32.645.506	36.371.735	-3.726.229	26.599.389	9.772.347
DEZEMBRO	35.684.559	37.373.519	-1.688.960	28.854.518	8.519.001

Devem ainda ser ponderados os acréscimos de consumos com energia, combustíveis e outros encargos decorrentes da entrada em funcionamento de novos equipamentos, os quais podem desencadear a necessidade de avaliações futuras por parte do Executivo Municipal de forma a encontrar o melhor posicionamento para equilíbrio das contas.

Assim é imperiosa a necessidade de se atender ao disposto no art.º 56º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, quanto à criação de mecanismos de alerta precoce, devendo em nossa opinião esses mecanismos de alerta estarem concentrados internamente, com reporte mensal e com a consequente tomada de decisão no sentido da inversão atempada das situações fora dos limites definidos, de forma a evitar responsabilidades financeiras e disciplinares para os intervenientes, para além de comunicação por parte da DGAL a entidades como: - Membros do Governo com responsabilidade pelas áreas das finanças e das autarquias; - Presidentes dos Órgãos Executivo e Deliberativo⁴; e - Banco de Portugal.

Neste sentido a recolha de entre outros, de valores quanto a: - total da dívida; - receita corrente líquida; - receita corrente cobrada bruta; - despesa corrente; - amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazos; - pagamentos em atraso; - fundos disponíveis e compromissos assumidos; - acompanhamento do PAEL; acompanhamento das GOP's; - endividamento; - contribuição para a dívida de entidades relevantes e definidas na lei; e - outros considerados relevantes e de essencial importância para o controlo.

Acresce referir que o limite da dívida total das operações orçamentais, incluindo a das entidades previstas no art.º 54º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

⁴ Estes devem ter informado os respetivos membros na primeira reunião, ou sessão seguinte.



Para efeitos informativos, procedemos, conforme quadro seguinte, nos termos do art.º 52º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, ao apuramento dos valores relevantes para o cálculo do limite da dívida⁵.

Estes valores carecem de revisão após o apuramento dos valores da dívida das entidades referidas no art.º 54º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, pelo que importa considerar o efeito da dívida das referidas entidades.

	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013
Receita corrente líquida cobrada	20.280.783	16.431.382	15.969.645	17.450.282
Média nos 3 exercícios	17.560.603			
Média nos 3 exercícios		16.617.103		
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores			26.340.905	24.925.654
			Limite da dívida total de operações orçamentais em 31/12/2014	
Dívida total (1)	23.096.641	25.822.489	22.125.524	20.091.572,75

(1) Total do Passivo - Provisões - Acréscimos e diferimentos - Estado e outros entes públicos - Sindicatos - Credores por depósitos de garantia

Do quadro apresentado podemos concluir que o valor total da dívida (Municípios e restantes entidades) se deve situar entre os 16,6 milhões e os 24,9 milhões de euros. A dívida do Município a 31/12/2013 ascende a 20 milhões de euros, pelo que a mesma apresenta uma margem de 4,8 milhões. Todavia, nos termos da alínea b), do nº 3, do art.º 52º da referida Lei, apenas pode ser aumentada a dívida em 20% da margem disponível, o que para o efeito se traduz num aumento de cerca de 966 mil euros. Relembramos que para os cálculos apenas está considerada a dívida do Município.

Durante o ano de 2013, deu-se continuidade aos trabalhos desenvolvidos, quanto ao tratamento dos inventários, encerramento de obras em curso e reposição dos subsídios ao investimento merecendo os mesmos de desenvolvimentos e procedimentos de controlo internos regulares, de forma tempestiva e com fiabilidade.

Face à necessidade de dar o adequado cumprimento quanto às regras de faturação, no mês de janeiro do corrente ano deu-se início à implementação do suporte informático adequado à emissão de faturas. Este processo irá contribuir para a melhoria da informação quanto às dívidas a receber pelo Município.

⁵ Apenas foi considerada a dívida do Município.

6.2.2) Demonstração dos resultados

A Demonstração dos resultados apresenta os resultados económicos das operações realizadas no exercício. Os resultados alcançados no exercício em análise encontram-se patentes no quadro que a seguir se apresenta, podendo verificar-se a sua comparabilidade face ao quadriénio de 2010 a 2013:

CUSTOS E PERDAS		2010		2011		2012		2013		Variação 2013/2012 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	328.906,36	1,33	289.055,61	1,52	573.364,92	2,62	619.389,52	3,12	8,03
62	Fornecimentos e serviços externos	4.653.711,78	18,88	5.274.702,66	27,67	4.649.008,07	21,21	4.427.699,04	22,33	-4,76
63	Transf.subs. correntes conced. e prest.sociais	1.866.389,61	7,57	1.684.477,24	8,84	1.784.355,13	8,14	1.875.754,97	9,46	5,12
64	Custos com o pessoal	9.256.942,36	37,55	8.785.126,45	46,09	7.598.148,05	34,67	8.134.514,17	41,02	7,06
66	Amortizações do exercício	2.223.424,53	9,02	2.362.794,27	12,40	2.293.924,88	10,47	2.452.914,09	12,37	6,93
67	Provisões do exercício	1.680.900,95	6,82	67.700,40	0,36	544.818,00	2,49	8.322.506,44	41,97	1427,58
65	Outros custos perdas operacionais	62,15	0,00	73,98	0,00					
	(A) Custos e perdas operacionais	20.010.337,74	81,17	18.463.930,61	96,87	17.443.619,05	79,60	25.832.778,23	130,27	48,09
68	Custos e perdas financeiros	252.672,67	1,02	744.772,13	3,91	419.508,78	1,91	449.372,54	2,27	7,12
	(C) Custos e perdas financeiras	252.672,67	1,02	744.772,13	3,91	419.508,78	1,91	449.372,54	2,27	7,12
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES	20.263.010,41	82,20	19.208.702,74	100,78	17.863.127,83	81,51	26.282.150,77	132,54	47,13
69	Custos e perdas extraordinários	650.580,71	2,64	782.268,92	4,10	3.222.771,17	14,71	3.658.002,44	18,45	13,50
	(E) Custos e perdas extraordinários	650.580,71	2,64	782.268,92	4,10	3.222.771,17	14,71	3.658.002,44	18,45	13,50
88	Resultado líquido do exercício	3.737.826,66	15,16	-930.916,08	-4,88	829.110,18	3,78	-10.110.002,43	-50,98	-1.319,38
	TOTAL GERAL	24.651.417,78	100,00	19.060.055,58	100,00	21.915.009,18	100,00	19.830.150,78	100,00	-9,51

PROVEITOS E GANHOS		2010		2011		2012		2013		Variação 2013/2012 (%)
		valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	
71	Vendas e prestações de serviços	3.086.099,40	12,52	3.349.758,60	17,57	3.233.586,99	14,76	3.178.897,94	16,03	-1,69
72	Impostos e taxas	10.582.711,52	42,93	6.448.981,47	33,84	6.500.145,30	29,66	7.110.359,76	35,86	9,39
73	Proveitos suplementares			47.839,90	0,25	19.511,49	0,09			-100,00
74	Transf. e subsídios obtidos	6.633.680,36	26,91	7.049.397,04	36,99	7.414.886,84	33,83	7.317.614,87	36,90	-1,31
	(B) Proveitos e ganhos operacionais	20.302.491,28	82,36	16.895.977,01	88,65	17.168.130,62	78,34	17.606.872,57	88,79	2,56
78	Proveitos e ganhos financeiros	543.460,25	2,20	664.126,23	3,48	684.911,33	3,13	561.928,44	2,83	-17,96
	(D) Proveitos e ganhos financeiros	543.460,25	2,20	664.126,23	3,48	684.911,33	3,13	561.928,44	2,83	-17,96
	PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	20.845.951,53	84,56	17.560.103,24	92,13	17.853.041,95	81,48	18.168.801,01	91,62	1,77
79	Proveitos e ganhos extraordinários	3.805.466,25	15,44	1.499.952,34	7,87	4.061.967,23	18,54	1.661.349,77	8,38	-59,10
	(F) Proveitos e ganhos extraordinários	3.805.466,25	15,44	1.499.952,34	7,87	4.061.967,23	18,54	1.661.349,77	8,38	-59,10
	TOTAL GERAL	24.651.417,78	100,00	19.060.055,58	100,00	21.915.009,18	100,00	19.830.150,78	100,00	-9,51

RESUMO:		2010		2011		2012		2013		Variação 2013/2012 (%)
	Resultados operacionais (B) - (A)	292.153,54	1,19	-1.567.953,60	-8,23	-275.488,43	-1,26	-8.225.905,66	-41,48	2.885,94
	Resultados financeiros (D) - (C)	290.787,58	1,18	-80.645,90	-0,42	265.402,55	1,21	112.555,90	0,57	-57,59
	Resultados correntes (B+D) - (A+C)	582.941,12	2,36	-1.648.599,50	-8,65	-10.085,88	-0,05	-8.113.349,76	-40,91	80.342,66
	Resultados extraordinários (F) - (E)	3.154.885,54	12,80	717.683,42	3,77	839.196,06	3,83	-1.996.652,67	-10,07	-337,92
	Resultado líquido do exercício (B+D+F) - (A+C+E)	3.737.826,66	15,16	-930.916,08	-4,88	829.110,18	3,78	-10.110.002,43	-50,98	-1.319,38

O resultado líquido negativo de 10.110.002,43€ decorre fundamentalmente do reforço contabilizado a nível de provisões do exercício. Face ao ano transato o resultado líquido oscilou negativamente 1.319,38%.

6.3) Sistema contabilístico

6.3.1) Imobilizações

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2013;
- Apreciação da necessidade de provisão para investimentos financeiros;
- Apreciação das amortizações efetuadas no período;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2013 relativos à área das imobilizações.

Comentários

Procedeu-se à análise e conciliação, com o balancete contabilístico, dos mapas incluídos na prestação de contas, do exercício de 2013.

Foram efetuados procedimentos de verificação do cálculo matemático das amortizações, de acordo com as taxas previstas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril – CIBE – Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, não se tendo identificado erros de processamento.

O processamento e contabilização das amortizações foram efetuados por duodécimos, de forma a obter informação de maior fiabilidade e apoio na tomada de decisão.

Foram analisadas as variações mais significativas, às quais tecemos as nossas apreciações nas alíneas seguintes.

a) Bens de domínio público

BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012
451	Terrenos e recursos naturais	5.767.321,78	5.984.027,92	7.154.441,89	7.154.473,44	31,55
452	Edifícios	255.504,76	255.504,76	255.504,76	255.504,76	
453	Outras construções e infra-estruturas	33.212.240,25	33.594.499,84	40.529.025,85	46.621.933,70	6.092.907,85
455	Bens do patrim.hist.,art. e cultural	426.418,45	426.418,45	1.086.078,64	1.086.078,64	
459	Outros bens de domínio público	363.492,74	363.492,74	365.642,74	655.220,03	289.577,29
445	Imobilizações em curso	6.774.108,28	10.098.784,66	11.714.269,72	10.373.995,16	-1.340.274,56
TOTAL		46.799.086,26	50.722.728,37	61.104.963,60	66.147.205,73	5.042.242,13

A oscilação desta rubrica decorre, essencialmente por via, de transferências de imobilizado em curso para bens de domínio público, tal como discriminado no ponto 8.2.7 do Anexo às demonstrações financeiras.

b) Imobilizado incorpóreo

As imobilizações incorpóreas (#43) sofreram as seguintes oscilações:

IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS		2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012
432	Despesas de invest.e de desenvolvimento	240.455,33	271.082,33	450.273,48	710.162,50	259.889,02
443	Imobilizações em curso	845.670,47	1.281.757,27	1.341.596,99	1.707.696,55	366.099,56
TOTAL		1.086.125,80	1.552.839,60	1.791.870,47	2.417.859,05	625.988,58

Quanto às despesas de investimento e de desenvolvimento (#43.2), verifica-se uma oscilação positiva de 259.889,02€, decorrente essencialmente da conclusão de diversos estudos, conforme se encontra discriminado no ponto 8.2.6 do Anexo às demonstrações financeiras.

Quanto às imobilizações incorpóreas em curso, a oscilação de 366.099,56€ é discriminada do seguinte modo:

IMOBILIZAÇÕES EM CURSO		2012	2013	Variação 2013/2012
443	Imobilizações Incorpóreas:			
4430		558.323,91	1.701.909,30	
	- Protocolo 21-06-2007	36.408,28	382.837,36	346.429,08
	- Limpeza da Falésia de Sines	29.520,00	29.520,00	
	- Alt. ao projeto do Pavilhão Municipal		18.511,50	18.511,50
	- Plano pormenor cidade desportiva		14.382,00	14.382,00
	- Projecto de Arq da EB e JI Integrada na EB", 3º ciclo	30.442,50	0,00	-30.442,50
	- Plano Pormenor de Salvaguarda Zona Histórica Sines	38.437,50	135.487,50	97.050,00
	- Proj. para Arruamento da ZIL II	16.549,65	16.549,65	
	- Projeto p/Sede da Associação Caboverdiana	7.900,01	0,00	-7.900,01
	- Estudo e Rec Geológico Proj Nova Escola B e JI P Covo	1.107,00	1.107,00	
	- Projecto de Exec. p/Requal. Av Vasco da Gama	226.320,00	481.900,00	255.580,00
	- Projeto Escola Básica 1º Ciclo e JI Porto Covo	3.505,50	69.084,00	65.578,50
	- Exec.Proj. Arruam/Acesso entre Cova Lago e Praia	9.907,65	0,00	-9.907,65
	- Programa Empreendedorismo nas Escolas	67.431,31	229.637,63	162.206,32
	- Programa de Eficiência Energética	41.697,00	165.080,86	123.383,86
	- Fomento de Absorção de Tecnologia	49.097,51	151.661,80	102.564,29
	- Apoio, acomp e coordenação - Academia Energias		6.150,00	6.150,00
4439	Outras Imobilizações em curso	783.273,08	5.787,25	-777.485,83
		1.341.596,99	1.707.696,55	366.099,56

c) Imobilizado corpóreo

As imobilizações corpóreas (#42) discriminam-se da seguinte forma:

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS		2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012
421	Terrenos e recursos naturais	20.828.197,06	22.263.446,66	25.257.067,10	34.275.228,33	9.018.161,23
422	Edifícios e outras construções	28.028.009,47	28.203.845,04	28.603.512,69	32.048.043,52	3.444.530,83
423	Equipamento básico	6.245.653,90	6.741.604,29	7.054.318,82	7.500.216,08	445.897,26
424	Equipamento de transporte	2.065.920,17	2.198.187,12	2.201.053,02	2.202.555,73	1.502,71
425	Ferramentas e utensílios	126.602,54	135.861,36	134.019,14	134.584,20	565,06
426	Equipamento administrativo	686.676,22	735.972,22	801.539,11	905.296,38	103.757,27
427	Taras e vasilhame	53,86	53,86	7,98	7,98	
429	Outras imobilizações corpóreas	421.756,83	421.756,83	783.182,78	830.526,75	47.343,97
442	Imobilizações em curso	2.281.371,21	4.665.604,83	6.080.403,74	5.977.813,53	-102.590,21
TOTAL		60.684.241,26	65.366.332,21	70.915.104,38	83.874.272,50	12.959.168,12

As variações refletidas na conta de Terrenos (#42.1) resultam essencialmente da contabilização de diversos movimentos inerentes a constituição de loteamentos e respetivos abates.

Quanto à conta de Edifícios e outras construções (#42.2) a oscilação positiva decorre do encerramento de obras, através do apuramento das respetivas contas finais inerentes às mesmas.

As variações encontram adequadamente divulgadas na nota 8.2.7 do Anexo às demonstrações financeiras.

d) Investimentos financeiros

INVESTIMENTOS FINANCEIROS		2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012
411	Partes de capital	1.879.812,09	3.801.624,12	3.576.403,54	3.401.126,78	-175.276,76
412	Obrigações e títulos de participação	4.985,01	4.985,01	4.985,01	4.985,01	
414	Investimentos em imóveis	29.335,03	29.335,03	29.335,03	29.335,03	
441	Imobilizações em curso	5.293,93	5.293,93	5.293,93		-5.293,93
TOTAL		1.919.426,06	3.841.238,09	3.616.017,51	3.435.446,82	-180.570,69

O total dos investimentos financeiros ascende a 3.435.446,82€, encontrando-se ajustado o valor de cada participação superior a 20%, segundo o método da equivalência patrimonial. Tal como têm vindo a ser efetuado, pela aplicação do método acima referido, ajustou-se o valor da participação nas entidades Associação C. Inc. Emp.B. Tecnológico Vasco da Gama e Associação Pro Artes de Sines, face à percentagem detida, por via dos resultados obtidos no exercício de 2013 e outros movimentos ocorridos no capital próprio das referidas participadas, conforme se segue:

Participações sociais

- CCAM Santiago do Cacém
- AICEP GLOBAL PARQUES
- Assoc. C.Inc.Emp.B.Tec.Vasco Gama
- Municipia - Emp. De Cartografia Sist.Inf. S.A.
- Associação Pro Artes de Sines
- Pólis Litoral Sudoeste, SA

2012	Aumento	Redução	2013
1.315,00	20,00		1.335,00
130.280,00			130.280,00
1.800.407,01	16.682,78	126.294,53	1.690.795,26
4.985,01			4.985,01
76.401,53		65.685,01	10.716,52
1.568.000,00			1.568.000,00
3.581.388,55	16.702,78	191.979,54	3.406.111,79

Na nota 8.2.16 do Anexo às demonstrações financeiras é possível identificar o resultado líquido de 2013 de cada participada, bem como a percentagem de participação que o Município detém em cada entidade.

e) Amortizações acumuladas

As amortizações do exercício têm vindo a ser contabilizadas mensalmente, verificando-se as seguintes oscilações:

	2012	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	2013	Variação
	Valor	Valor 66 e 683		Valor	2013 / 2012
Bens de domínio público:					
452 Edifícios	7.984,51	3.193,80		11.178,31	3.193,80
453 Outras construções e infra-estruturas	23.103.341,06	1.106.541,70		24.209.882,76	1.106.541,70
455 Bens do patrim.hist.art. e cultural	28.728,71	7.284,72		36.013,43	7.284,72
459 Outros bens de domínio público	363.514,75	14.026,90		377.541,65	14.026,90
	23.503.569,03	1.131.047,12		24.634.616,15	1.131.047,12
Imobilizações incorpóreas:					
432 Despesas de invest.e de desenvolvimento	221.031,05	136.135,91		357.166,96	136.135,91
	221.031,05	136.135,91		357.166,96	136.135,91
Imobilizações corpóreas:					
422 Edifícios e outras construções	2.468.207,41	398.420,91	-3.802,02	2.862.826,30	394.618,89
423 Equipamento básico	5.344.946,92	522.184,74	-25.249,90	5.841.881,76	496.934,84
424 Equipamento de transporte	1.700.598,96	114.883,45	-20.941,29	1.794.541,12	93.942,16
425 Ferramentas e utensílios	102.459,04	8.277,52	-2.071,38	108.665,18	6.206,14
426 Equipamento administrativo	530.783,74	75.640,14		606.423,88	75.640,14
427 Taras e vasilhame	7,98			7,98	
429 Outras imobilizações corpóreas	230.040,73	66.324,30	-441,44	295.923,59	65.882,86
	10.377.044,78	1.185.731,06	-52.506,03	11.510.269,81	1.133.225,03
Investimentos financeiros:					
412 Edifícios	3.168,61	366,72		3.535,33	366,72
	3.168,61	366,72		3.535,33	366,72
TOTAL	34.104.813,47	2.453.280,81	-52.506,03	36.505.588,25	2.400.774,78

Procedeu-se à análise do mapa de amortizações oportunamente disponibilizado. Foram efetuados procedimentos de verificação do cálculo matemático das amortizações, de acordo com as taxas previstas na Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril – CIBE – Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, não se tendo identificado erros de processamento.

f) Imobilizações em curso

No decorrer do exercício económico, as imobilizações em curso sofreram as seguintes oscilações:

IMOBILIZADO EM CURSO		2012	2013	Variação 2013/2012
445	Bens de domínio público:			
44501	Viadutos e arruamentos	5.758.000,55	7.951.025,59	2.193.025,04
44502	Esgotos	143.248,75	227.211,97	83.963,22
44503	Iluminação Pública	69.543,84	428.217,73	358.673,89
44506	Captação tratamento e distribuição água	385.879,82	69.469,93	-316.409,89
44512	Cemitérios	2.435,40	2.435,40	
445999	Outras Imobilizações em curso	5.355.161,36	1.695.634,54	-3.659.526,82
		11.714.269,72	10.373.995,16	-1.340.274,56
443	Imobilizações Incorpóreas			
4430	Imobilizações em curso	558.323,91	1.701.909,30	1.143.585,39
4439	Outras Imobilizações em curso	783.273,08	5.787,25	-777.485,83
		1.341.596,99	1.707.696,55	366.099,56
442	Imobilizações corpóreas:			
4421	Instalações e Serviços	0,00	19.374,09	19.374,09
4422	Instalações desportivas e recreativas	2.164.720,69	4.179.080,12	2.014.359,43
4425	Escolas	2.765.579,07	1.122.580,86	-1.642.998,21
4427	Outros	190.152,92	640.358,72	450.205,80
4428	Habitação		16.419,74	16.419,74
4429	Outras Imobilizações em curso	959.951,06		-959.951,06
		6.080.403,74	5.977.813,53	-102.590,21
441	Investimentos Financeiros			
		5.293,93		-5.293,93
		5.293,93		-5.293,93
TOTAL		19.141.564,38	18.059.505,24	-1.082.059,14

6.3.2) Existências

Trabalho efetuado

- Acompanhamento dos trabalhos de inventariação;
- Apreciação dos critérios de valorimetria;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2013 relativos à área das existências.



Comentários

a) O valor líquido das existências ascende a 647.259,98€, tal como é apresentado no quadro seguinte:

EXISTÊNCIAS		2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	510.513,48	545.786,60	528.748,59	664.344,20	135.595,61
39	Provisões para dep.existências				17.084,22	17.084,22
TOTAL		510.513,48	545.786,60	528.748,59	647.259,98	118.511,39

b) No final do exercício de 2013, foram realizadas contagens físicas aos armazéns, tendo-se posteriormente registado e contabilizado o inventário final, através das listagens de existências valorizadas, com referência a 31 de dezembro. As mesmas ocorreram nos primeiros dias do ano de 2014.

c) Constituiu-se uma provisão no montante de 17.084,22€ relativa a aquisição de matérias-primas, subsidiárias e de consumo sem movimento desde pelo menos o ano de 2011.

d) Os documentos de prestação de contas apresentam o apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

6.3.3) Dívidas de terceiros

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2013;
- Apreciação das circularizações efetuadas às Entidades;
- Apreciação das provisões necessárias para fazer face aos riscos identificados;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2013 relativos à área das dívidas a receber.

Comentários

a) O valor líquido das dívidas a receber ascende a 3.775.097,23€, discriminado conforme se segue:

CONTA		SALDO FINAL				Variação 2013/2012
		2010	2011	2012	2013	
21.1	- Clientes c/c	626.353,53	603.620,85	493.168,51	107.137,90	-386.030,61
21.2	- Contribuinte c/c	211.254,58	248.426,15	294.696,98	743,49	-293.953,49
21.3	- Utentes	475.135,19	777.784,41	952.742,62	466.082,49	-486.660,13
21.8	- Cobrança Duvidosa	821.167,97	842.552,01	852.264,19	2.060.245,10	1.207.980,91
28	Empréstimos concedidos				10.341,80	10.341,80
291	Provisões para cobrança duvidosa	-821.167,97	-842.552,01	-852.264,19	-2.039.269,13	-1.187.004,94
22.9	Adiantamentos a fornecedores				46.153,83	46.153,83
24	Estado e outros entes Públicos		7.702,50	13.742,17	19.928,58	6.186,41
26	Outros Devedores	1.187.879,99	1.391.003,72	2.112.493,28	3.103.733,17	
26.1.9	Adiantamentos a forn. imobilizado			274.678,21	72.950,80	-201.727,41
26.8.2	- Transf.p/Aut.Locais	1.186.533,99	1.389.657,72	1.836.469,07	3.030.782,37	1.194.313,30
26.8.8	- Outras Receitas Correntes	1.346,00	1.346,00	1.346,00		-1.346,00
TOTAL		2.500.623,29	3.028.537,63	3.866.843,56	3.775.097,23	-91.746,33

b) A dívida de Clientes/Contribuintes/Utentes refere-se, essencialmente, à venda de bens e serviços, receita de água, diversos impostos e taxas, e a créditos sobre os utilizadores dos serviços autárquicos.

CONTA		SALDO FINAL				Variação
		2010	2011	2012	2013	2013/2012
21	Clientes/Contribuintes/Utentes	2.133.911,27	2.472.383,42	2.592.872,30	2.634.208,98	
21.1	- Clientes c/c	626.353,53	603.620,85	493.168,51	107.137,90	-386.030,61
21.2	- Contribuinte c/c	211.254,58	248.426,15	294.696,98	743,49	-293.953,49
21.3	- Utentes	475.135,19	777.784,41	952.742,62	466.082,49	-486.660,13
21.8	- Cobrança Duvidosa	821.167,97	842.552,01	852.264,19	2.060.245,10	1.207.980,91
29	Provisões para Cobrança Duvidosa	-821.167,97	-842.552,01	-852.264,19	-2.039.269,13	-1.187.004,94
TOTAL		2.955.079,24	3.314.935,43	3.445.136,49	4.673.478,11	1.228.341,62

Face ao fecho do exercício de 2012, verifica-se uma oscilação positiva, destacando-se o aumento das dívidas consideradas de cobrança duvidosa (#218), acompanhado do ajustamento das respetivas provisões.

Todavia como antes já foi referido, consideramos provável que os valores das cobranças duvidosas sejam irrecuperáveis na sua generalidade.

O resumo da dívida à data de 31 de dezembro de 2013 e as necessárias provisões (imparidades) apresenta-se conforme quadro seguinte, onde se encontra refletido um ajustamento acumulado ao ativo no valor 2.039.269,13€.

O mapa 8.2.22 da prestação de contas está conciliado com os valores acima referidos.

Conta	Serviços										Taxa de Conservação de Esportes	Água	Total
	Rendas (Habitação)	Direitos de Superfície (Habitação)	GAE - ZIL III/III	Cedência de viaturas	Direitos de Superfície (GAE)	Rendas Património	GAE - RENDAS	Desporto	CAF Educação	Mercado Municipal	Mercado Mensal	Mercado Semanal	
211107011102 Outros													107.137,90
212202020601 Mercados e feiras											22,68		22,68
212304012301 Mercados e feiras											720,81		720,81
2130510011 Terrenos													28.352,49
21307020804 Serviços desportivos					28.352,49			5.941,88					5.941,88
21307020901 Saneamento													43.033,43
21307020902 Resíduos sólidos													43.033,43
21307020904 Trabalhos por conta de particulares													52.581,28
21307020906 Mercados e feiras									4.045,03				34.141,49
21307020999 Outros									4.354,75	11.147,63			11.147,63
213070301 Habitações	30.884,21												4.354,75
213070302 Edifícios													30.884,21
213070399 Outras		5.063,60	205.535,74			2.686,05	42.359,94						45.045,99
2181102020606 Saneamento													210.599,34
2181104012306 Saneamento													18.966,86
2181402020601 Mercados e feiras													51.978,14
2181404012301 Mercados e feiras													96,00
2181407020906 Mercados e feiras											96,00		96,00
2181607020804 Serviços desportivos													7.653,37
2181707020902 Resíduos sólidos								18.230,67					18.230,67
2181807020904 Trabalhos por conta de particulares													447.166,91
2181901070301 Habitações	142.705,34								3.002,62				53.071,16
2181902070399 Outras		16.803,53	638.875,13	10.728,18									142.705,34
2181903070302 Edifícios													666.406,84
218190407011102 Outros													50.427,20
218190507020901 Saneamento													345.495,96
21819050702999 Outros													214.140,13
Sub-Total 1	173.589,55	21.867,13	844.410,87	10.728,18	28.352,49	12.586,05	82.887,14	24.172,55	13.314,33	18.801,00	7.862,93	31.968,53	1.292.723,23
Privilegios (Imparidades) - Conta													
2910102020601 Mercados e feiras													96,00
2910102020606 Saneamento													18.966,86
2910104012301 Mercados e feiras													38.981,97
2910104012306 Saneamento													51.978,14
2910107011102 Outros													336.966,48
2910107020804 Serviços desportivos								18.230,67					18.230,67
2910107020901 Saneamento													210.074,63
2910107020902 Resíduos sólidos													441.503,66
2910107020904 Trabalhos por conta de particulares													53.353,42
2910107020906 Mercados e feiras									3.002,62				7.653,37
2910107020999 Outros									1.911,93				1.911,93
29101070301 Habitações	142.705,34												142.705,34
29101070302 Edifícios		16.803,53	638.875,13	10.728,18		9.900,00	40.527,20						50.427,20
29101070399 Outras		16.803,53	638.875,13	10.728,18		9.900,00	40.527,20						666.406,84
Sub-Total 2	142.705,34	16.803,53	638.875,13	10.728,18	0,00	9.900,00	40.527,20	18.230,67	4.914,55	7.653,37	7.119,44	31.968,53	1.038.898,19
Valor Líquido	30.884,21	5.063,60	205.535,74	0,00	28.352,49	2.686,05	42.359,94	5.941,88	8.399,78	11.147,63	743,49	0,00	253.825,04
													594.999,85

c) Os empréstimos concedidos (#28), no montante de 10.341,80€, são referentes a empréstimo concedido no âmbito do programa FAME (Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

d) Quanto ao montante de adiantamentos a fornecedores c/c (#22.9) é o mesmo referente à Associação Pro Artes de Sines (46.153,83€).

e) A conta de Estado e outros entes públicos decorre do IVA (#24.3), foi conciliada com a declaração entregue respeitante a dezembro de 2013, encontrando-se o montante de 19.928,58€ a recuperar concordante.

CONTA		SALDO FINAL			
		2010	2011	2012	2013
24	Estado e Outros Entes Públicos				
24.3	- IVA		7.702,50	13.742,17	19.928,58
TOTAL			7.702,50	13.742,17	19.928,58

f) O valor dos adiantamentos a fornecedores de imobilizado (#26.1.9) é relativo a adiantamentos de empreitadas:

#26.1.9	2012	2013
Assoc.Centro Inc. Base Tecnologica	189.397,14	72.950,80
MRG - Engenharia e Construção, S.A.	54.000,00	
	<u>274.678,21</u>	<u>72.950,80</u>

g) A conta #26.8.2 – Transferências para as autarquias locais, regista, em especial, os valores por receber relativos a projetos financiados:

# 26.8.2	2010	2011	2012	2013
Administração Central	14.487,29		716.545,55	102.580,80
PORA	55.827,05	55.827,05	55.827,05	55.827,05
INALENTEJO - FEDER		266.186,09		1.052.587,46
INALENTEJO	1.116.219,65	1.067.644,58	1.064.096,47	1.819.787,06
	<u>1.186.533,99</u>	<u>1.389.657,72</u>	<u>1.836.469,07</u>	<u>3.030.782,37</u>

Voltamos a sugerir que seja aberta uma conta por cada projeto, de modo a que seja possível a verificação dos pedidos de pagamento ainda não satisfeitos, para além da avaliação da conta relativa ao PORA que se mantém sem alteração desde pelo menos 2010.

Salientamos que a área de dívidas a receber assume especial importância, pelo que a implementação de sistemas informáticos de faturação, já iniciada, irá permitir o acompanhamento mais adequado às necessidades da gestão, para além de melhorar a fiabilidade e qualidade da informação contabilística.

As obrigações de faturação decorrentes do disposto no Decreto-Lei nº 197/2012, de 24 de agosto, irão por certo provocar uma melhoria na implementação destes procedimentos. Esta obrigação entrou em vigor em 1 de janeiro do ano de 2013.

6.3.4) Disponibilidades

Trabalho efetuado

- Apreciação dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2013;
- Apreciação das conciliações bancárias efetuadas pelo Município;
- Apreciação do saldo registado em tesouraria com referência a 31/12/2013;
- Apreciação das contagens de final de exercício, quanto ao procedimento de Balanço à Tesouraria;
- Apreciação do mapa de Fluxos de caixa, com referência a 31/12/2013;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2013 relativos à área de disponibilidades.

Comentários

- a) A classe de disponibilidades apresenta os seguintes valores:

CONTA			SALDO FINAL			
			2010	2011	2012	2013
11	Caixa					
	111	Caixa	3.361,27			1.464,30
TOTAL			3.361,27			1.464,30

CONTA			SALDO FINAL			
			2010	2011	2012	2013
12	Depósitos em Instituições Financeiras					
	1201	Banco Espírito Santo, S.A.	108.449,21	78.899,73	185.574,08	127.095,99
	1202	Banco BPI, S.A.	383.900,74	361.656,45	430.997,27	467.907,26
	1203	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	265.646,24	3.641,78	98.585,94	93.847,32
	1204	Banco Santander Totta, S.A.	11.399,12	134.102,64	1.033.828,97	236.412,64
	1205	Caixa Económica Montepio Geral	524,37	613,27	15.148,12	825,04
	1206	Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, Crl	591.768,18	4.250,89	142.316,88	378.516,21
	1207	Banco Comercial Português, S.A.	9.767,81	4.231,24	831,41	6.281,57
TOTAL			1.371.455,67	587.396,00	1.907.282,67	1.310.886,03

- b) Foram apreciados/conciliados o mapa de fluxos de caixa e mapa de operações de tesouraria com a classe de disponibilidades, não existindo factos a registar.

		SALDO FINAL			
		2010	2011	2012	2013
	- Execução orçamental	868.202,72	56.668,04	1.343.240,23	669.328,35
	- Operações de tesouraria	506.614,22	530.727,96	564.042,44	643.021,98
Saldo da gerência anterior		1.374.816,94	587.396,00	1.907.282,67	1.312.350,33

- c) Foram analisadas as reconciliações bancárias efetuadas pela contabilidade. As diferenças detetadas foram verificadas através das conciliações bancárias à mesma data, apenas se encontrando em aberto movimentos referentes a dezembro de 2013.

6.3.5) Acréscimos e diferimentos ativos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2013;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

Comentários

a) O valor dos acréscimos e diferimentos ativos ascendem a 333.763,57€, tal como é apresentado no quadro seguinte:

CONTA		SALDO FINAL				Variação
		2010	2011	2012	2013	2013/2012
27	Acréscimos e diferimentos					
27.1	- Acréscimos de proveitos	326.822,32	262.599,60	237.795,34	322.284,38	
	Outros Acréscimos de proveitos	326.822,32	262.599,60	237.795,34	322.284,38	84.489,04
27.2	- Custos diferidos	54.810,90	36.067,71	19.022,88	11.479,19	
	Outros custos diferidos	54.810,90	36.067,71	19.022,88	11.479,19	-7.543,69
TOTAL		381.633,22	298.667,31	256.818,22	333.763,57	76.945,35

b) A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos acréscimos e diferimentos que, no ativo, se desdobram e se discriminam da seguinte forma:

- **Acréscimos de proveitos (#27.1):**
 - ✓ Receita de IMT, IMI, e IUC recebidos em 2014 e que respeitam ao ano de 2013;
 - ✓ Faturação de água do mês de dezembro de 2013, faturada em janeiro de 2014; e
 - ✓ Juros e rendas respeitantes a dezembro e faturados em janeiro de 2014.

c) O valor dos **custos diferidos** respeitam a rendas de instalações, pagas em 2013, e que respeitam a 2014, bem como a apólices de seguros, em idêntica situação, pagos em termos orçamentais em 2013, embora para efeitos patrimoniais a sua afetação a gastos deve ser efetuada em 2014.

6.3.6) Fundos próprios

Trabalho efetuado

- Apreciação dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2013;
- Apreciação das conciliações efetuadas;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2013 relativos à área de fundos próprios.

Comentários

a) As variações ocorridas nesta área do Balanço apresentam-se como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos de património	Aplicação dos resultados	Resultado do exercício	Outros movimentos	Saldo final
51 - Património	27.988.803,30	120.410,00				28.109.213,30
55 - Ajust.de partes de capital em emp.	1.143.438,74				7.401,42	1.150.840,16
57 - Reservas :	21.770.685,12	12.448.420,00	41.455,56		-2.948.920,00	31.311.640,68
571 - Reservas legais	433.481,67		41.455,56			474.937,23
576 - Doações	108.050,17	484.080,00				592.130,17
5781 - Constituição Loteamentos	13.856.129,14	8.040.980,00			-2.948.920,00	18.948.189,14
5782 - Cedências a título gratuito	1.558.786,14	624.730,00				2.183.516,14
5783 - Transferências de outras entidades	5.814.238,00	3.298.630,00				9.112.868,00
59 - Resultados transitados	6.261.057,92		787.654,62		2.805.503,03	9.854.215,57
88 - Resultados líquido do exercício	829.110,18		-829.110,18	-10.110.002,43		-10.110.002,43
TOTAL	57.993.095,26	12.568.830,00	0,00	-10.110.002,43	-136.015,55	60.315.907,28

b) No ponto 8.2.28 do anexo às demonstrações financeira, encontram-se descritos a origem dos movimentos ocorridos no Fundo patrimonial.

6.3.7) Passivo antes de acréscimos e diferimentos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2013;
- Apreciação das reconciliações efetuadas pelo Município;
- Apreciação das circularizações efetuadas às Entidades;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2013 relativos à área de dívidas a terceiros.

Comentários

a) O valor do passivo sem acréscimos e diferimentos ascende a 31.092.755,04 €, tal como é apresentado no quadro seguinte:

CONTA		SALDO FINAL				Variação 2013/2012
		2010	2011	2012	2013	
21.9	Adiantamentos a clientes, contribuintes e utentes		60.500,00			
22	Fornecedores	2.582.676,40	4.354.719,87	3.811.186,87	1.897.760,34	
22.1.1	- Fornecedores C/C	2.126.530,62	3.169.893,86	2.853.355,70	1.169.787,78	-1.683.567,92
22.1.2	- Fornecedores C/C - Soc. De Factoring	132.582,03	126.361,92	98.892,32		-98.892,32
22.8	- Fornecedores - Fact em Rec. e Conf.	323.563,75	1.058.464,09	858.938,85	727.972,56	-130.966,29
23	Empréstimos Obtidos	15.956.602,49	14.031.780,71	12.382.709,12	14.015.891,87	
	- ML prazo	15.956.602,49	14.031.780,71	12.382.709,12	14.015.891,87	1.633.182,75
24	Estado e Outros Entes Públicos	190.111,89	168.025,18	144.377,28	106.795,33	-37.581,95
26	Outros Credores	4.932.663,88	7.783.562,30	6.407.601,72	4.705.650,32	
26.1.1 e 3	- Fornecedores de Imobilizado C/C e Leasing	1.965.291,54	3.679.282,55	2.332.709,57	1.006.707,34	-1.326.002,23
26.1.4	- Fornecedores de Imob. - Soc. de Factoring	372.857,92	1.001.407,69	796.700,13	834.167,23	37.467,10
26.1.8	- Fornecedores de Imob. - Fact em Rec. e Conf.	12.250,97	125.070,73	195.965,02	337.180,46	141.215,44
26.3	- Sindicatos	1.907,78	2.011,87	1.860,98	1.824,55	-36,43
26.4	- Administração Autárquica	308.264,54	407.834,74	403.582,08	136.029,11	-267.552,97
26.5	- Credores por subscrições não liberadas	1.568.000,00	1.568.000,00	1.568.000,00	1.568.000,00	0,00
26.8.4	- Cred. de Transf. Aut. Locais	174.010,30	353.012,92	368.282,59	230.334,66	-137.947,93
26.8.5	- Cred. p/depósito de garantias	373.393,73	406.062,08	474.113,02	525.905,23	51.792,21
26.8.7	- Devedores e Credores Diversos	29.576,52	28.872,75	9.877,49	8.496,87	-1.380,62
26.8.9	- Cred. Outros	127.110,58	212.006,97	256.510,84	57.004,87	-199.505,97
29.2	Provisões para riscos e encargos	2.826.666,38	2.826.666,38	3.254.993,15	10.366.657,18	7.111.664,03
TOTAL		26.488.721,04	29.225.254,44	26.000.868,14	31.092.755,04	5.091.886,90

Destaca-se a oscilação, positiva quanto aos empréstimos bancários (#23) e, em sentido contrário a diminuição de fornecedores correntes e de imobilizado, ambas as situações justificadas pelo empréstimo obtido através do Programa de Apoio à Economia Local PAEL.

b) As contas de Fornecedores c/c e Fornecedores de imobilizado foram apreciadas em conjunto. Foi efetuada circularização a um número significativo de terceiros, pedindo a confirmação de saldos. Na generalidade as diferenças resultam de:

- (1) Pagamentos em trânsito efetuados no final de 2013 pelo Município e só considerados pelo fornecedor em 2014;
- (2) Lançamento dos valores de cauções e retenções de obras efetuados de forma diferente pelo fornecedor (ou não considerado).

c) O total da conta de fornecedores (#22.8), 727.972,56€, continua, essencialmente, a respeitar à dívida para com a entidade **Águas de Santo André**. À mesma foi solicitado extrato de conta corrente de forma a ser conciliada, não tendo sido apuradas diferenças. O valor registado em provisões foi reforçado, por via de novas faturas, continuando-se a aguardar a resolução do processo contencioso em curso.

Os valores apurados, quanto à entidade **Águas de Santo André**, estão evidenciados conforme segue:

		2010	2011	2012	2013	VARIAÇÃO 2013/2012
# 221	Facturas contabilizadas	436.205,41	446.672,11	785.225,57	186.920,59	-598.304,98
# 228	Facturas contabilizadas	251.702,08	893.696,92	838.855,68	547.942,36	-290.913,32
# 292	Provisões	1.556.938,70	1.556.938,70	1.947.053,38	2.772.594,19	825.540,81
	TOTAL	2.244.846,19	2.897.307,73	3.571.134,63	3.507.457,14	-63.677,49

d) A conciliação das contas respeitantes a contratos de *leasing*, foi efetuada e o mapa 8.2.13 da prestação de contas revela adequadamente os valores associados a cada contrato. Recomenda-se que em futuros contratos de locação financeira, seja efetuada a abertura de subcontas de forma permitir um melhor acompanhamento da evolução dos registos.

e) O total de créditos cedidos ascende a 834.167,23€, tendo ocorrido uma oscilação para menos de 61.425,22€, face ao ano transato. Nos quadros seguintes, apresenta-se a evolução decrescente dos créditos cedidos:

2013							
	BCP	BES	CGD	TOTTA	MONTEPIO	POPULAR	TOTAL
26.1.4	358.264,80			464.665,11		11.237,32	834.167,23
	358.264,80	0,00	0,00	464.665,11	0,00	11.237,32	834.167,23

**VARIAÇÃO
2013/2012**
-61.425,22

2012							
	BCP	BES	CGD	TOTTA	MONTEPIO	POPULAR	TOTAL
22.1.2	330.873,36	151.320,70	81.118,50	17.773,82		181.024,45	98.892,32
26.1.4	330.873,36	151.320,70	133.481,62	17.773,82		181.024,45	796.700,13
	330.873,36	151.320,70	214.600,12	17.773,82	0,00	181.024,45	895.592,45

**VARIAÇÃO
2012/2011**
-232.177,16

2011							
	BCP	BES	CGD	TOTTA	MONTEPIO	BNP	TOTAL
22.1.2		636,16	81.375,12	21.194,38	5.775,59	17.380,67	126.361,92
26.1.4	620.698,12	181.713,96	198.995,61				1.001.407,69
	620.698,12	182.350,12	280.370,73	21.194,38	5.775,59	17.380,67	1.127.769,61

f) O pagamento das amortizações dos empréstimos tem vindo a ser cumprido, apresentando-se o valor dos mesmos conforme quadro seguinte:

CONTA		2012	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	2013	GASTOS FINANCIAMENTO PAGOS
23	Empréstimos Obtidos					
	- Curto prazo					
	CREDITO AGRICOLA MUTUO		250.000,00	250.000,00	0,00	3.252,21
	- M/L prazo					
	9015/004407/991	709.854,77		54.604,22	655.250,55	6.305,97
	9015/006769/9091	477.593,17		36.737,94	440.855,23	4.242,68
	9015/001050/087/0019	230.237,82		23.023,78	207.214,04	4.108,65
	9015/001049/787/0019	54.648,30		5.464,83	49.183,47	975,21
	9015/001047/087/0019	49.463,30		4.946,33	44.516,97	882,69
	9015/001048/987/0019	37.230,50		3.723,05	33.507,45	664,38
CGD	9015/002375/087/0019	2.404.212,00		117.859,37	2.286.352,63	4.894,55
	9015/002498/687/0019	1.241.193,28		59.731,25	1.181.462,03	6.617,26
	BPI 8445010830165	292.226,91		18.264,21	273.962,70	5.496,52
	DGTF 84445010001001	4.515.434,61			4.515.434,61	
CCAM	4563244013510570000	2.370.614,46		1.354.636,88	1.015.977,58	32.359,20
PAEL	ADMIN. PÚBLICA		3.528.272,76	216.098,15	3.312.174,61	57.256,93
TOTAL		12.382.709,12	3.778.272,76	1.895.090,01	14.015.891,87	127.056,25

O passivo deve ser discriminado entre o curto e o médio e longo prazo, relevando para o efeito a exigibilidade da dívida, independentemente da sua contratação ter sido efetuada a médio e longo prazo. Assim, existem empréstimos que estão a ser considerados no médio e longo prazo na sua totalidade, quando, em parte, são exigíveis amortizações a menos de um ano. O valor das amortizações estimado em orçamento para o ano de 2014 ascende a 2,5 milhões de euros.

Em 28 de agosto de 2012, foi publicada em Diário da República a Lei nº 43/2012, que formaliza a criação do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), o qual visa a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direção-Geral das Autarquias Locais até 31 de março de 2012.

O PAEL institui duas medidas nas quais os municípios se poderão enquadrar, tendo em conta a respetiva situação financeira: - Programa I; - Programa II.

O Município de Sines recorreu ao PAEL, no âmbito do Programa II, tendo assinado contrato com o Estado Português, a 16 de novembro de 2012. O mesmo sofreu dois aditamentos. O contrato tem um prazo máximo de 14 anos, ascendendo no seu início a 3.528.272,76€, tendo permitido cobrir cerca de 90% das faturas em dívida existentes à data de 30 de novembro de 2011.

O Município recebeu as duas tranches do empréstimo elegível tendo procedido ao pagamento das dívidas.

g) A conta de Estado e outros entes públicos, com valores passivos, decompõe-se como segue:

CONTA		SALDO FINAL			
		2010	2011	2012	2013
24	Estado e Outros Entes Públicos				
24.2	- Retenção de impostos s/rendimento				
24.2.1	Trabalho dependente	40.548,20	42.414,00	31.825,00	51.629,00
24.2.2	Trabalho independente	5.938,22	3.994,86	3.587,49	4.447,35
24.2.4	Prediais		124,12	260,03	200,58
24.2.5	Pensões	261,00	17,00		5,00
24.2.7	Sobretaxa Extraordinária				3.060,00
24.3	- IVA	12.747,77			
24.4	- Restantes impostos	3,00			
24.5	- Contribuições p/Seg.Social	130.419,52	121.294,67	108.524,23	47.279,02
24.9	- Outras Tributações	194,18	180,53	180,53	174,38
TOTAL		190.111,89	168.025,18	144.377,28	106.795,33

O pagamento de impostos retidos, no final do exercício encontrava-se efetuado. Foram conciliados os valores das retenções de impostos s/rendimento e restantes impostos com o portal das Finanças, e conciliada a conta da ADSE.

h) A conta # 26.5 – Credores por subscrições não liberadas, mantém o saldo de 1.568 mil euros, resultante da subscrição do capital social na empresa **POLIS LITORAL SUDOESTE, S.A.** Tal como antes já se referiu, por proposta da sociedade Polis e em acordo de acionistas, foi solicitada a redução da intervenção financeira. A proposta mereceu aprovação da Sra. Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. Neste sentido o valor da responsabilidade na realização do capital da sociedade por parte do Município, passará a ascender a 587.767 € (menos 980.233 €).

Dado que formalmente o capital da sociedade Polis ainda não sofreu alteração, a responsabilidade legal do cumprimento da realização por parte do Município de Sines ainda ascende a 1.568 mil euros.

i) Os outros credores diversos registam uma diminuição de 287.042,31€, conforme segue:

CONTA		SALDO FINAL				Variação 2013/2012
		2010	2011	2012	2013	
26.8	Devedores e Credores Diversos	704.091,13	999.954,72	1.108.783,94	821.741,63	
26.8.4	Credores de Transf. das Autarquias Locais	174.010,30	353.012,92	368.282,59	230.334,66	-137.947,93
26.8.5	Credores por depósitos de garantia - CAUÇÕES	373.393,73	406.062,08	474.113,02	525.905,23	51.792,21
26.8.7	Devedores e Credores Diversos	29.576,52	28.872,75	9.877,49	8.496,87	-1.380,62
26.8.9	Outros Credores e Devedores Diversos	127.110,58	212.006,97	256.510,84	57.004,87	-199.505,97
TOTAL		704.091,13	999.954,72	1.108.783,94	821.741,63	-287.042,31

O montante em dívida referente a credores de transferências das autarquias (#2684) decompõe-se como segue:

#26.8.4	
ADL - Assoc Desenv Litoral Alentejano	750,00
Assoc Bombeiros Volun Sines	55.000,00
Assoc Centro Inc Emp de Base Tecnol	14.166,63
Assoc Formação tec Litoral Alent	9.917,00
Assoc Moradores do Paiol	150,00
Assoc PROSAS - Projecto Sénior de Artes e Sab	1.000,00
Assoc Serviços Sociais Culturais e Desp	23.266,66
Assoc Sines Solidária	9.279,26
Casas brancas	9.816,00
Cemetra	32.845,00
Contra Regra	5.000,00
Missão Coragem	1.000,00
Município de Elvas	4.852,64
Município de Vendas Novas	1.495,46
MUSA - Assoc Mulheres Unidas, Socialmente Ati	1.000,00
Resgate Assoc nadadores Salvadores	43.617,64
Siga A Festa, Assoc Carnaval	16.178,37
União recreio e sport Sineense	1.000,00
	<u>230.334,66</u>

As cauções (#26.8.5) são referentes a:

#26.8.5	
Por fornecimento de imobilizado	263.365,09
Compra terreno	2.000,00
Depósito de garantia de água	32.090,29
Esgotos	50,55
Direito de superfície	217.590,99
Diversos	10.808,31
	<u>525.905,23</u>

Os devedores e credores diversos (#2687) discriminam-se como se segue:

# 26.8.7	
ATAM	37,06
Comp Seguros Vitoria	219,73
Comp Seguros tranquilidade	88,43
Assoc Serv Sociais CD Trab Locais Sines	7.952,58
Eleições mesas de voto	152,64
Sindicato trab ACE - STAAE	12,70
Caixa Previdência - M Educação	4,46
Serv Sociais CDT Santiago do Cacém	29,27
	<u>8.496,87</u>

Quanto aos outros credores e devedores diversos (#26.8.9) a dívida é referente a:

#26.8.9	
	2013
ADSE	51.807,81
Indeminizações	5.197,06
	<u>57.004,87</u>

Quanto à entidade ADSE o total da dívida confirmada pela entidade ascende a 1.282.730,42€, encontrando-se conciliada, sendo que se encontra provisionado (#29.2), conforme discriminado no ponto 6.3.8) Provisões e contingências, deste relatório, o valor de 1.222.707,34 €, que o Município entende não reconhecer, aguardando decisão da reclamação apresentada.

6.3.8) Acréscimos e diferimentos passivos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2013;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

Comentários

- a) O valor dos acréscimos e diferimentos passivos ascendem a 34.029.004,64 €, tal como é apresentado no quadro seguinte:

CONTA		SALDO FINAL				Varição
		2010	2011	2012	2013	2013/2012
27	Acréscimos e diferimentos					
27.3	- Acréscimos de custos	1.106.715,67	887.576,86	840.356,35	1.300.115,55	
	- Remunerações a liquidar	907.381,76	682.933,05	636.465,44	923.815,20	287.349,76
	- Juros a liquidar	33.279,87	37.639,83	23.558,58	19.162,14	-4.396,44
	- Outros acréscimos de custos	166.054,04	167.003,98	180.332,33	357.138,21	176.805,88
27.4	- Proveitos diferidos	15.583.960,03	18.653.377,60	25.048.515,78	32.728.889,09	
	- Subsídios para investimento	15.583.910,08	18.653.377,60	25.048.515,78	32.728.889,09	7.680.373,31
	- Outros Proveitos Diferidos	49,95				
TOTAL		16.690.675,70	19.540.954,46	25.888.872,13	34.029.004,64	8.140.132,51

- b) Reconheceram-se acréscimos e diferimentos passivos respeitantes a:

• Acréscimos de custos (#27.3):

- ✓ Remunerações respeitantes ao ano de 2013, cujo pagamento ocorreu ou irá ocorrer em 2014, nomeadamente, férias e subsídios de férias, encargos sobre as mesmas;
- ✓ Horas extraordinárias e ajudas de custo;
- ✓ Valor de juros a liquidar, respeitantes aos empréstimos bancários;
- ✓ Encargos de cobrança dos impostos de dezembro de 2013, recebidos em janeiro de 2014;
- ✓ Consumos do ano de 2013 apenas faturados em 2014;
- ✓ Visto de contas, pelo Tribunal de Contas, desde o ano de 2001.

• Proveitos diferidos (#27.4):

Os subsídios ao investimento estão diferidos:

CONTA		2012	AUMENTOS / PEDIDOS DE PAGAMENTOS	REPOSIÇÕES	2013
2745	Subsídios ao investimento				
27451111	EP - Estradas de Portugal, S.A.	845.840,53			845.840,53
27451112	Cooperação Técnica e Financeira	767.260,81		10.168,80	757.092,01
27451121	IHRU	2.746.398,02		36.661,32	2.709.736,70
27451122	POA	407.152,72		25.452,24	381.700,48
27451123	PORA	8.255.821,86		199.885,72	8.055.936,14
27454110030701	INALENTEJO	9.845.954,39	5.309.205,96	110.660,67	15.044.499,68
2745491	POC	477.762,08		34.056,84	443.705,24
274552100102	Entidades Privadas	1.702.325,37	2.788.052,94		4.490.378,31
TOTAL		25.048.515,78	8.097.258,90	416.885,59	32.728.889,09

A reposição de subsídios foi efetuada mensalmente, sendo a transferência contabilizada em resultados do exercício, proporcionalmente às amortizações do imobilizado.

Propõe-se a desagregação das contas por projetos, uma vez que as mesmas se encontram aglomeradas por tipo. A conferência da reposição de subsídios está suportada por mapas do património relativos aos bens já em utilização.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.9) Provisões e contingências

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2013;
- Solicitação de eventuais contingências resultantes de processos judiciais em curso a Advogados;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2013 relativos à área de provisões e contingências.

Comentários

a) As provisões e contingências (#29) sofreram a seguinte oscilação:

	2012	Aumento	Redução	2013
ATIVO				
# 29.1 Provisões para cobranças duvidosas	852.264,19	1.187.054,94	50,00	2.039.269,13
- Água	232,87	336.733,61		336.966,48
- Mercados e Feiras	43.581,07	3.160,27		46.741,34
- Saneamento	70.686,34	210.333,29		281.019,63
- Aluguer de Espaços e Equipamentos	18.280,67		50,00	18.230,67
- Resíduos Sólidos	1.355,90	440.147,76		441.503,66
- Trabalhos por conta de particulares	3.041,95	50.314,09		53.356,04
- Outros - Educação		1.911,93		1.911,93
- Rendas - Habitações	125.208,32	17.497,02		142.705,34
- Rendas - Outras	567.715,15	98.691,69		666.406,84
- Rendas - Edifícios	22.161,92	28.265,28		50.427,20
# 39.6 Provisões para dep.existências		17.084,22		17.084,22
- Matérias primas subsidiárias e de consumo		17.084,22		17.084,22
TOTAL DAS PROVISÕES (IMPARIIDADES) - ATIVO	852.264,19	1.204.139,16	50,00	2.056.353,35

	2012	Aumento	Redução	2013
PASSIVO				
# 29.2 Provisões para riscos e encargos	3.254.993,15	7.118.367,28	6.703,25	10.366.657,18
- Processos judiciais em curso				
Aguaes Santo André	1.947.053,38	832.244,06	6.703,25	2.772.594,19
SISAQUA	47.020,34	60.559,52		107.579,86
PARQUES & JARDINS	11.744,69			11.744,69
SOBRECONSTRÇÕES CVP, LDA	13.627,96			13.627,96
TERBAL	12.839,44			12.839,44
ZURICH		7.019,57		7.019,57
SOMEC		1.142.291,03		1.142.291,03
INTERSIMET		70.936,48		70.936,48
MARIA JEORGINA PALET E JORGE PALET		3.947.443,75		3.947.443,75
MARIA ISABEL FARELO LOPES E OUTROS		125.000,00		125.000,00
MARIA JOSÉ CAMPOE E OUTROS		15.000,00		15.000,00
REPSOL		2.833,49		2.833,49
MINISTÉRIO PÚBLICO		408.816,53		408.816,53
ELETRO CENTRAL SINEENSE, UNIP., LDA E RESTAURANTE O GALO		101.112,73		101.112,73
MARIA DOMINGAS DA COSTA E OUTRA		15.000,01		15.000,01
VALENTIM ALBINO PEREIRA		165.845,00		165.845,00
IMOBILIÁRIA CARDOSO MOTA, SA		30.000,01		30.000,01
AMBAAL		97.128,11		97.128,11
GYPTEC IBÉRICA		30.000,01		30.000,01
PROTECNICA BARQUENSE		2.300,45		2.300,45
HERDEIROS DE JOSÉ EDGAR LOUÇÃO		45.000,00		45.000,00
CPCIS		15.336,53		15.336,53
TOPBET		1.500,00		1.500,00
PAULA CRISTINA GUERREIRO FIGUEIREDO		5.000,00		5.000,00
- Outros riscos e encargos - ADSE	1.222.707,34			1.222.707,34
TOTAL DAS PROVISÕES - PASSIVO	3.254.993,15	7.118.367,28	6.703,25	10.366.657,18
TOTAL GERAL	4.107.257,34	8.322.506,44	6.753,25	12.423.010,53



b) Para reforço de provisão para cobrança duvidosa, foi tido em conta as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, o montante anual acumulado foi determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- 50% Para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% Para dívidas em mora há mais de 12 meses.

c) Neste exercício foi disponibilizada pelo Sr. Presidente, a informação produzida pela Advogada do Município. Esta informação discrimina os processos judiciais em curso. Da sua avaliação, foram tomadas decisões quanto ao reforço desta provisão. É de referir que em anos anteriores esta informação não nos havia sido disponibilizada, tendo sido objeto de reserva por limitação de âmbito.

6.3.10) Custos e perdas

Conta 61 – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (#61) reflete valores relativos às seguintes rubricas:

	2013
Materias Primas	8.362,13
Materiais Diversos	318.435,28
Pneus	24.349,46
Combustiveis	263.846,00
Manutenção	4.396,65
	619.389,52

O apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, efetuado na nota respetiva do Anexo às demonstrações financeiras.

	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
El		528.748,59
COMPRAS		753.773,73
REG. EXISTÊNCIAS		1.211,40
EF		664.344,20
CMVM		619.389,52
	619.389,52	

As regularizações efetuadas no inventário, ascendem aos valores seguintes, sendo que os mesmos não se adequam ao apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

REGULARIZAÇÕES	
DESVIO POSITIVO	10.956,86
DESVIO NEGATIVO	-6.777,91
TOTAL	4.178,95

Apesar da fraca materialidade em termos agregados, o registo das regularizações de inventário merece melhorias, as quais se nos afiguram ser possíveis de desenvolver com a continuidade do sistema de contabilidade de custos e integração de sistemas informáticos.

Conta 62 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012	2013 Peso (%)
62 Fornecimentos e serviços externos	4.653.711,78	5.274.702,66	4.649.008,07	4.427.699,04	-221.309,03	100,00
621 Subcontratos		1.907.532,96	874.597,56	41.668,05		
62101 - Serviços de Saneamento básico		370.227,34	349.214,03	34.073,29	-315.140,74	0,77
62102 - Serv.Recolha e Trat.Dep.Resíduos		508.906,82	405,07		-405,07	
62103 - Água - Abastecimento Público			121.205,14	6.326,20	-114.878,94	0,14
62105 - Sinalização e Trânsito		5.151,73				
62106 - Iluminação Pública		291.538,53	372.225,95	715,06	-371.510,89	0,02
62107 - Transportes Escolares		61.386,35	28.067,94		-28.067,94	
62108 - Cantinas Escolares		33.502,83	251,91		-251,91	
62109 - Serv. Culturais Rec. Espectáculos		30.514,11	2.331,15		-2.331,15	
6211 - Subcontratos			153,75	553,50	399,75	0,01
62199 - Outros		606.305,25	742,62		-742,62	
62211 Electricidade	683.138,40	64.932,87	594.578,21	740.964,47	146.386,26	16,73
62212 Combustíveis	302.120,06	313.093,80	120.465,70	106.456,90	-14.008,80	2,40
62213 Água				3.878,63	3.878,63	0,09
62214 Outros Fluidos			342,51		-342,51	
62215 Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	14.431,50	21.355,94	3.886,95	6.532,53	2.645,58	0,15
62216 Livros e documentação técnica	715,02	2.825,72	5.119,17	3.496,34	-1.622,83	0,08
62217 Material de escritório	56.093,89	48.737,02	6.616,32	1.348,24	-5.268,08	0,03
62218 Artigos para oferta	14.908,02	6.905,08	3.436,41	917,91	-2.518,50	0,02
62219 Rendas e alugueres	108.002,96	142.687,02	121.152,92	110.419,12	-10.733,80	2,49
62220 Gás canalizado	60.503,37					
62222 Comunicação	201.327,28	333.745,69	176.786,27	154.153,81	-22.632,46	3,48
62223 Seguros	125.469,67	141.071,24	109.484,71	115.916,25	6.431,54	2,62
62225 Transportes de mercadorias			126,18	984,00	857,82	0,02
62226 Transportes de pessoal	72.594,82	2.223,30	28.865,41	63.688,44	34.823,03	1,44
62229 Honorários	250.802,63	12.346,50	9.300,00	7.200,00	-2.100,00	0,16
62230 Material honorífico e de decoração	1.088,71					
62232 Conservação e reparação	365.061,70	305.937,23	197.299,01	170.325,95	-26.973,06	3,85
62233 Publicidade e propaganda	58.046,94	24.073,01	38.279,76	35.348,26	-2.931,50	0,80
62234 Limpeza, higiene e conforto	526.008,37	91.094,15	98.552,64	44.802,18	-53.750,46	1,01
62235 Vigilância e segurança		16.065,04		198,39	198,39	
62236 Trabalhos especializados	974.680,59	489.371,39	1.282.286,13	1.777.003,29	494.717,16	40,13
62237 Tratamento de Resíduos Sólidos		3.714,13				
62238 Material de educação cultura e recreio	27.178,58	6.313,93	11.291,32	13.324,93	2.033,61	0,30
62239 Material de Consumo Hoteleiro	1.107,48	3.948,78	710,95	243,02	-467,93	0,01
62241 Munições, explosivos e artificios	14.400,00	4.800,00		5.400,00	5.400,00	0,12
62242 Alimentação - refeições confeccionadas	5.123,13	8.962,32	138.972,89	18.516,95	-120.455,94	0,42
62243 Produtos químicos e farmaceuticos	7.776,63	5.689,98		1.357,06	1.357,06	0,03
62244 Material de consumo clínico	34.317,65	23.373,35		344,40	344,40	0,01
62245 Formação	10.376,13	22.762,40	13.611,65	1.932,66	-11.678,99	0,04
62246 Seminários, exposições e similares	1.174,08	682,00	20,00		-20,00	
62247 Alimentação - géneros p/ confeccionar	27.789,05	12.632,62	12.200,85	17.973,85	5.773,00	0,41
62290 Encargos de cobrança	95.207,71	76.994,95	160.612,39	73.207,18	-87.405,21	1,65
62298 Fornecimentos e serviços diversos	514.273,35	1.126.104,97	559.255,29	390.144,05	-169.111,24	8,81
62299 Outros fornecimentos e serviços		54.725,27	81.156,87	519.952,18	438.795,31	11,74

Os fornecimentos e serviços externos oscilaram negativamente cerca de 221 mil euros, destacando-se a rubrica de trabalhos especializados, com um peso de 40,13% face ao total dos fornecimentos e serviços externos



Conta 63 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS

A conta de transferências e subsídios correntes oscilou de forma positiva em 91.399,84€, relativamente ao ano transato. Destaca-se o aumento das transferências correntes a freguesias e a outras entidades.

CONTA	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012	2013 Peso (%)
63 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES						
63.1 Tranferências correntes concedidas	1.815.889,61	1.684.477,24	1.720.855,13	1.842.754,97		
- Freguesias	810.307,29	699.527,44	756.551,62	870.490,65	113.939,03	46,41%
- Associações de Municípios	130.964,10	142.315,53	167.355,41	153.985,90	-13.369,51	8,21%
- Outros	4.743,00	27.003,91	9.136,59	29.708,83	20.572,24	1,58%
- Instituições sem fins lucrativos	869.875,22	815.630,36	787.811,51	788.569,59	758,08	42,04%
63.8 Outras	50.500,00		63.500,00	33.000,00	-30.500,00	1,76%
TOTAL	1.866.389,61	1.684.477,24	1.784.355,13	1.875.754,97	91.399,84	100,00%

O valor das transferências e subsídios concedidos foi objeto de conciliação com a despesa paga apresentada na classificação económica da contabilidade orçamental, encontrando-se evidenciada nos mapas respetivos apresentados na conta de gerência.

Conta 64 – CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal sofreram a seguinte oscilação:

CONTA	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012	2013 Peso (%)
64 CUSTOS COM O PESSOAL						
64.1 Remunerações Órgãos Autárquicos	117.809,52	73.221,36	86.991,39	126.025,91	39.034,52	1,55%
64.2 Remunerações do pessoal	7.629.867,27	7.292.474,86	6.222.884,19	6.483.136,82		
- Remunerações base	6.473.140,78	6.279.665,66	5.357.701,73	5.732.667,97	374.966,24	70,47%
- Suplementos de remunerações	1.098.619,69	956.391,53	817.329,71	722.048,55	-95.281,16	8,88%
- Prestações sociais directas	58.106,80	56.417,67	47.852,75	28.420,30	-19.432,45	0,35%
64.3 Pensões	26.802,54	17.741,91	19.390,71	21.953,70	2.562,99	0,27%
64.5 Encargos s/ Remunerações	1.048.062,50	1.077.028,67	980.402,87	1.232.855,48	252.452,61	15,16%
64.6 Seguros de Acid. trab e doenças profis.	75.008,37	59.329,62	56.606,84	52.881,60	-3.725,24	0,65%
64.8 Outros Custos com o Pessoal	359.392,16	265.330,03	231.872,05	217.660,66	-14.211,39	2,68%
TOTAL	9.256.942,36	8.785.126,45	7.598.148,05	8.134.514,17	536.366,12	100,00%

Foram efetuados testes a processamentos de remunerações, tendentes a verificar a conformidade dos valores processados. Verifica-se que a conta de custos com o pessoal sofreu uma oscilação positiva, justificada pelo efeito do pagamento do subsídio de férias e Natal, que no ano anterior não havia ocorrido na mesma medida.

Da análise detalhada à rubrica de remunerações do pessoal (#64.2), verificam-se as seguintes oscilações:

CONTA	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012
64 CUSTOS COM O PESSOAL					
Remunerações do pessoal	7.629.867,27	7.292.474,86	6.222.884,19	6.483.136,82	
Remunerações base do pessoal	5.541.109,48	5.575.733,21	5.030.841,17	4.857.918,26	-172.922,91
- Subsidio de férias e de natal	932.031,30	703.932,45	326.860,56	874.749,71	547.889,15
- Trabalho extraordinário	370.220,49	264.029,92	166.505,55	120.273,46	-46.232,09
- Trabalho em regime de turnos	57.456,81	57.553,06	53.290,20	49.902,76	-3.387,44
- Abono para falhas	22.301,54	34.983,35	30.642,81	29.326,91	-1.315,90
- Subsidio de refeição	537.451,70	489.232,98	460.790,43	441.012,73	-19.777,70
- Ajudas de custo	18.359,99	11.864,34	11.459,98	10.097,56	-1.362,42
- Vestuário e artigos pessoais	3.674,35	159,43			
- Outros suplementos	89.154,81	98.568,45	94.640,74	71.435,13	-23.205,61
- Subsidio familiar a crianças e jovens	53.369,56	32.740,40	28.651,59	26.867,31	-1.784,28
- Outras prestações familiares	4.737,24	23.677,27	19.201,16	1.552,99	-17.648,17
TOTAL	7.629.867,27	7.292.474,86	6.222.884,19	6.483.136,82	260.252,63

Conta 66 – AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

Apresenta uma variação adequada. Procedemos a testes de confirmação, através de cálculos aritméticos, considerando o CIBE- Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, que define as taxas de amortização a aplicar.

Conta 67 – PROVISÕES DO EXERCÍCIO

CONTA	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012	2013 Peso (%)
67 PROVISÕES DO EXERCÍCIO						
67.1 Para Cobranças Duvidosas	76.941,91	67.700,40	95.206,94	1.187.054,94	1.091.848,00	14,26%
67.2 Para Riscos e Encargos	1.603.959,04		449.611,06	7.118.367,28	6.668.756,22	85,53%
67.3 Para Depreciação de existências				17.084,22	17.084,22	0,21%
TOTAL	1.680.900,95	67.700,40	544.818,00	8.322.506,44	7.777.688,44	100,00%

As provisões registadas no ano correspondem ao reforço para efeitos de cobertura dos riscos associados a clientes, utentes e contribuintes e para outros riscos e encargos, tal como discriminado no ponto 6.3.8) Provisões e Contingências, deste relatório, para além da constituição de uma provisão para depreciação de existências.

Conta 68 – CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS

CONTA	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012	2013 Peso (%)
68 CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS						
68.1 Juros Suportados	231.068,80	489.075,91	391.617,06	368.997,89	-22.619,17	82,11%
68.2 Perdas em entidades participadas		230.751,95		55.964,00	55.964,00	12,45%
68.3 Amortizações de Investimentos em imóveis	366,69	366,72	366,72	366,72		0,08%
68.4 Provisões para aplicações Financeiras	4.687,14					
68.8 Outros	16.550,04	24.577,55	27.525,00	24.043,93	-3.481,07	5,35%
TOTAL	252.672,67	744.772,13	419.508,78	449.372,54	29.863,76	100,00%

Procedemos ao controlo dos juros dos empréstimos, por cruzamento com o mapa de empréstimos apresentado na conta de gerência, não se tendo detetado incorreções. Encontra-se discriminado o total dos juros suportados conforme segue:

CONTA	2010	2011	2012	2013
Juros Suportados				
- Empréstimos Bancários CP			16.524,58	3.252,21
- Empréstimos Bancários MLP	186.211,73	311.219,36	152.862,90	119.407,60
- Juros de Leasings	1.749,70	11.213,95	7.692,09	4.546,70
- Juros Mora e Compensatórios		84,57		
- Juros de Mora		164.515,69	212.720,98	241.782,86
- Outros Juros	43.107,37	2.042,34	1.816,51	8,52
TOTAL	231.068,80	489.075,91	391.617,06	368.997,89

As perdas em entidades participadas (#68.2) oscilaram por via do ajustamento efetuado no reconhecimento da participada Associação Pro Artes de Sines, através do método da equivalência patrimonial, dado o prejuízo verificado na referida entidade.

Conta 69 – CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS

CONTA	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012	2013 Peso (%)
69 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CAPITAL						
69.1 Tranferências capital concedidas	125.946,48	155.134,29	42.444,87	40.366,95		
- Freguesias		125.000,00				
- Associações de Municípios	10.216,09	30.134,29	42.444,87	40.366,95	-2.077,92	1,10%
- Instituições sem fins lucrativos	115.730,39					
69.2 Dividas Incobráveis		42.112,21				
69.3 Perdas em existências			265.231,72		-265.231,72	0,00%
69.4 Perdas em imobilizações	296.080,94	305.633,71	2.476.630,91	3.049.681,27	573.050,36	83,37%
69.5 Multas		1.001,27				
69.7 Perdas exercicios anteriores	179.980,22	214.142,69	356.589,79	530.706,20	174.116,41	14,51%
69.8 Outros custos e perdas extraordinários	48.573,07	64.244,75	81.873,88	37.248,02	-44.625,86	1,02%
TOTAL	650.580,71	782.268,92	3.222.771,17	3.658.002,44	435.231,27	100,00%

Esta conta regista as transferências e subsídios de capital para diversas entidades, perdas em existências, perdas em imobilizações por alienações ou abates, perdas de exercicios anteriores e outros custos extraordinários.

6.3.11) Proveitos e ganhos

Conta 71 - VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Esta conta apresenta a desagregação abaixo:

CONTA		2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012	2013 Peso (%)
71	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS						
71.1	Vendas						
	Produtos acabados e intermédios	1.202.561,52	1.155.499,51	998.539,89	964.376,00		
	- Água	1.193.727,64	1.141.751,22	985.293,48	952.779,19	-32.514,29	29,97%
	- Outros	8.833,88	13.748,29	13.246,41	11.596,81	-1.649,60	0,36%
71.2	Prestações de serviços	1.117.372,86	1.421.387,78	1.387.197,47	1.409.869,21	22.671,74	44,35%
71.3	Rendas	768.011,92	791.496,45	855.721,09	866.148,52	10.427,43	27,25%
71.9	Reembolsos, restituições e Anulações	-1.846,90	-18.625,14	-7.871,46	-61.495,79	-53.624,33	-1,93%
TOTAL		3.086.099,40	3.349.758,60	3.233.586,99	3.178.897,94	-54.689,05	100,00%

Analisada a evolução das vendas e prestações de serviços, realça-se o decréscimo da rubrica "água", a qual têm vindo a ocorrer pelo menos desde o ano de 2010. Consideramos preocupante esta quebra, que em nossa opinião merece uma reapreciação dos valores a cobrar face aos encargos suportados pelo Município.

Conta 72 - IMPOSTOS E TAXAS

CONTA		2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012	2013 Peso (%)
72	IMPOSTOS E TAXAS						
72.1	IMPOSTOS DIRECTOS	7.261.944,76	5.798.562,95	5.642.204,72	6.715.727,19		
	- IMI	1.940.915,49	1.936.504,78	1.960.944,30	2.039.315,03	78.370,73	28,68%
	- IUC	228.948,29	251.584,55	284.155,03	351.199,81	67.044,78	4,94%
	- IMT	1.197.262,17	1.067.591,58	593.307,97	691.235,51	97.927,54	9,72%
	- Derrama	3.895.215,02	2.542.597,97	2.803.797,42	3.633.976,84	830.179,42	51,11%
	- Impostos abolidos	-396,21	284,07				
72.2	IMPOSTOS INDIRECTOS	2.938.473,08	323.511,65	523.589,67	336.837,58		
	- Mercados e Feiras	94,72	23,68	45,76	48,60	2,84	0,00%
	- Loteamentos e obras	2.693.017,00	217.140,44	70.157,18	54.585,64	-15.571,54	0,77%
	- Ocupação da Via Pública	193.517,55	30.828,50	125.008,71	230.357,60	105.348,89	3,24%
	- Publicidade	35.162,69	45.644,80	65.185,76	39.948,00	-25.237,76	0,56%
	- Saneamento	11.365,11	11.365,11	243.391,52	0,00	-243.391,52	0,00%
	- Outros	16.681,12	18.509,12	19.800,74	11.897,74	-7.903,00	0,17%
	- Impostos indirectos diversos						
72.4	TAXAS	485.384,23	508.739,14	391.873,84	220.424,24		
	- Mercados e feiras	6.749,15	2.833,38	2.258,24	1.939,91	-318,33	0,03%
	- Loteamentos de obras	26.986,15	33.901,74	59.353,03	31.333,75	-28.019,28	0,44%
	- Ocupação Via Pública	24.057,04	5.498,71	18.224,93	7.116,40	-11.108,53	0,10%
	- Caça, uso e porte de arma	3,00	16,50		3,14	3,14	0,00%
	- Saneamento	399.512,18	436.966,90	279.913,78	159.762,19	-120.151,59	2,25%
	- Outras	28.076,71	29.521,91	32.123,86	20.268,85	-11.855,01	0,29%
72.5	REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES	-103.079,35	-181.820,75	-57.521,13	-158.561,24	-101.040,11	-2,23%
72.6	ANULAÇÕES	-11,20	-11,52	-1,80	-4.068,01	-4.066,21	-0,06%
TOTAL		10.582.711,52	6.448.981,47	6.500.145,30	7.110.359,76	610.214,46	100,00%

Os impostos diretos foram conciliados com os montantes recebidos/registados contabilisticamente e as declarações da Autoridade Tributária (AT), estando os mesmos concordantes. Para os valores de dezembro de 2013, apenas recebidos em janeiro de 2014, foi aplicado o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Conta 74 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS

CONTA	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012	2013 Peso (%)
74.2 TRANSFERÊNCIAS E SUB.OBTIDOS	5.609.167,49	6.259.379,67	6.124.268,94	6.236.616,59		
ORÇAMENTO DO ESTADO	4.149.778,00	6.259.379,67	6.124.268,94	6.236.616,59		
Transferências Correntes	2.830.690,00	5.020.319,67	4.974.582,94	5.661.773,59		
- Fundo Equilíbrio Financeiro	1.978.632,00	1.858.589,00	1.724.528,00	2.299.371,00	574.843,00	31,42%
- Fundo Social Municipal	266.841,00	250.652,00	232.717,00	232.717,00		3,18%
- Partipação Fixa no IRS	585.217,00	534.589,00	574.494,00	638.327,00	63.833,00	8,72%
- Outras		2.376.489,67	2.442.843,94	2.491.358,59	48.514,65	34,05%
Transferências de Capital	1.319.088,00	1.239.060,00	1.149.686,00	574.843,00	-574.843,00	7,86%
- Fundo Equilíbrio Financeiro	1.319.088,00	1.239.060,00	1.149.686,00	574.843,00		
FUNDOS E SERVIÇOS AUTONOMOS		152.730,86	67.263,00	112.197,03	44.934,03	1,53%
EMPRESAS	1.459.389,49					
EXTERIOR		637.286,51	1.223.354,90	968.801,25	-254.553,65	13,24%
74.3 SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS	1.024.512,87					
TOTAL	6.633.680,36	7.049.397,04	7.414.886,84	7.317.614,87	-97.271,97	100,00%

Foram analisadas as guias de receita inerentes às transferências e conferidas as respostas obtidas das circularizações efetuadas. Foram ainda conciliados os mapas 8.3.4.4/8.3.4.5 da prestação de contas, com os montantes das transferências registadas na contabilidade orçamental.

Conta 78 – PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS

A oscilação positiva é, essencialmente, por via do aumento dos rendimentos em imóveis (#78.3), onde é registado o contrato de concessão com a EDP.

CONTA	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012	2013 Peso (%)
78 PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS						
78.1 Juros Obtidos	2.244,35	3.587,87	1.263,89	857,79	-406,10	0,15%
78.2 Ganhos em entidades participadas	10,00	141.745,71	147.559,49	16.702,79	-130.856,70	2,97%
78.3 Rendimentos de imóveis	463.471,36	503.660,46	521.439,19	529.980,85	8.541,66	94,31%
78.8 Outros	77.734,54	15.132,19	14.648,76	14.387,01	-261,75	2,56%
TOTAL	543.460,25	664.126,23	684.911,33	561.928,44	-122.982,89	100,00%

Os ganhos em entidades participadas (#78.2) oscilaram positivamente por via do ajustamento efetuado no reconhecimento da participada Associação Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica Vasco da Gama, através do método da equivalência patrimonial.

Conta 79 – PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS

CONTA		2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012	2013 Peso (%)
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS						
79.3	Ganhos em existências	616,16		292.788,73	1.211,40	-291.577,33	0,07%
79.4	Ganhos em imobilizações	2.885.972,71	146.003,58	2.735.103,92	47.753,56	-2.687.350,36	2,87%
79.5	Benefícios e penalidades contratuais	41.926,00	34.339,02	22.878,34	13.733,04	-9.145,30	0,83%
79.6	Reduções de amortizações e provisões	5.574,75	46.316,36	106.779,05	6.753,25	-100.025,80	0,41%
79.7	Ganhos exercícios anteriores	132.134,49	181.031,05	76.367,91	530.413,83	454.045,92	31,93%
79.8	Outros	739.242,14	1.092.262,33	828.049,28	1.061.484,69	233.435,41	63,89%
TOTAL		3.805.466,25	1.499.952,34	4.061.967,23	1.661.349,77	-2.400.617,46	100,00%

Tal como o nome indica apresenta proveitos e ganhos extraordinários, não considerados operacionais. Traduz uma oscilação negativa ocorrida no exercício por ganhos em imobilizações não verificados na mesma expressão face ao ano anterior.

7. RÁCIOS, PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E ENDIVIDAMENTO

7.1) Indicadores de Gestão

Com recurso a rácios económicos e financeiros, a situação económico-financeira do Município, no quadriénio de 2010 a 2013, é a seguinte:

	2010	2011	2012	2013
Ativo Imobilizado Líquido	80.950.482,92	89.628.681,14	103.323.142,49	119.369.195,85
Ativo Circulante Líquido (Disp.+Div.Receber C.P.+Existências)	4.385.953,71	4.161.720,23	6.302.874,82	5.734.707,54
Ativo Líquido Total	85.718.069,85	94.089.068,68	109.882.835,53	125.437.666,96
Disponibilidades	1.374.816,94	587.396,00	1.907.282,67	1.312.350,33
Fundos Próprios	42.538.673,11	45.322.859,78	57.993.095,26	60.315.907,28
Passivo M/L Prazos (inclui Provisões)	18.783.268,87	16.858.447,09	15.637.702,27	24.382.549,05
Passivo C/ Prazo (excepto Acresc./Diferim.)	7.705.452,17	12.366.807,35	10.363.165,87	6.710.205,99
Total Passivo	43.179.396,74	48.766.208,90	51.889.740,27	65.121.759,68
Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)	99%	93%	112%	93%
Autonomia Financeira (Fundos Próprios / Ativo Líq.)	50%	48%	53%	48%
Liquidez Geral (Ativo Circulante / Passivo C/Prazo)	57%	34%	61%	85%
Liquidez Imediata (Disponibilidades/Passivo C/Prazo)	18%	5%	18%	20%
Grau de Cobertura do Imobilizado (Fundos Próprios / Imob. Líq.)	53%	51%	56%	51%
Endividamento M/L Prazos (Empréstimos/Total Ativo)	19%	15%	11%	11%

7.2) Prazo Médio de Pagamento

Quanto ao prazo médio de pagamento, tal como apurado no relatório de gestão, assumiu o valor de 67 dias.

7.3) Endividamento

O apuramento do endividamento líquido total do Município para o exercício de 2013, atendendo à informação contida nos balanços e limites decorrentes da legislação em vigor, é o que se apresenta no quadro seguinte:

Limites endividamento municipal	
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	900.248,66
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	9.080.968,00
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	11.351.211,00
Situação face aos limites	
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	Excesso
	Margem 900.248,66
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	Excesso 944.080,88
	Margem
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	Excesso
	Margem 4.516.944,63

Os valores apresentados encontram-se conciliados com os apresentados no ponto VI. *Endividamento*, do relatório de gestão.

Todavia tal como já foi referido, a alteração legislativa verificada pela entrada em vigor da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, o valor limite da dívida total, conduz-nos a que o valor máximo da mesma não possa exceder, em 2014 o montante de 24,9 milhões de euros, acrescida de uma margem de 966 mil euros.

Com base nas novas regras de apuramento o total da dívida⁶ não excede o valor limite, já que a mesma assume um valor na ordem dos 20 milhões de euros. Não obstante tal evidência, colocam-se problemas quer ao nível dos Fundos Disponíveis, para efeitos de assunção de Compromissos, quer ao nível da regra de equilíbrio, importando por isso levar estas e outras variáveis relevantes em consideração.

8. CONTABILIDADE DE CUSTOS

Durante o exercício de 2013, o Município deu continuidade aos trabalhos já iniciados em anos anteriores, relativos à contabilidade de custos. Esta tem como objetivo principal a imputação dos custos aos respetivos centros de responsabilidade, reclassificando assim os custos para uma melhor afetação dos meios existentes, considerando a transversalidade que requer. É um processo que revela complexidade e, como qualquer processo desta natureza merece reflexão, face aos resultados apurados.

A consolidação dos processos implementados tem vindo a ser conseguida, merecendo o aprofundamento necessário à interpretação dos dados que disponibiliza, sendo ainda um processo de melhoria contínua a concretizar anualmente.

Efetuu-se uma recolha e análise de informação, ao nível dos Centros de Responsabilidade (#92) e das Funções (#93), identificados na Contabilidade de Custos, os valores apurados, no exercício de 2013, estão refletidos nos quadros seguintes, os mesmos estão de acordo com os apresentados no Relatório de Gestão:

⁶ Apenas está considerada a dívida do Município. Não integra o valor das entidades também consideradas para o efeito.

CENTROS DE RESPONSABILIDADE	
Assembleia Municipal	18.969,46
Câmara Municipal	17.831.864,76
Gabinete de Apoio à Presidência e Vereação	363.076,77
Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal	16.690,99
Gabinete Jurídico	185.446,24
Serviço Municipal de Proteção Civil	8.675,90
Serviço de Informação, Divulgação e Imagem	249.271,80
Gabinete de Apoio ao Empresário	50.403,17
Gabinete de Informática, Telecomunicações e Modernização	192.834,16
Gabinete de Veterinária	25.974,77
Gabinete de Património e SIG	674.272,74
Divisão de Administração e Finanças	553.723,33
Unidade de Gestão Financeira	230.080,86
Departamento de Gestão Territorial	234.853,23
Divisão de Planeamento, Ordenamento do Território	169.064,51
Divisão de Gestão Urbanística	322.236,28
Departamento de Obras Municipais e Serviços Urbano	226.755,20
Divisão de Obras Municipais	1.941.410,13
Divisão de Serviços Urbanos	2.819.096,80
Divisão de Intervenção Social	3.955.358,90
TOTAL	30.070.060,00

FUNÇÕES	CUSTOS DIRETOS	CUSTOS INDIRETOS
Administração geral	3.534.047,09	36.602,92
Segurança e ordem pública	1.782,59	20,55
Proteção civil e luta contra incêndios	106.512,11	583,41
Educação		30,00
Ensino não superior	1.056.942,09	10.504,76
Serviços auxiliares de ensino	134.712,01	1.349,87
Serviços individuais de saúde	55.520,38	466,17
Segurança e ação social	66,14	
Ação social	344.367,22	3.146,62
Habituação e serviços coletivos	130,97	1,42
Habituação	211.097,71	2.242,52
Ordenamento do território	503.421,98	4.899,97
Saneamento	287.938,45	3.833,77
Abastecimento de água	457.448,58	4.098,65
Resíduos sólidos	619.726,94	6.336,12
Proteção meio ambiente e conservação da natureza	931.861,25	9.001,19
Cultura	1.796.319,48	13.514,78
Desporto, recreio e lazer	854.749,10	7.603,81
Outras atividades cívicas e religiosas	3.625,13	22,80
Indústria e energia	420.009,64	2.644,54
Transportes rodoviários	1.075.261,67	10.977,34
Comércio e turismo	104,31	
Mercados e feiras	82.185,49	811,29
Turismo	366.259,68	2.935,51
Outras funções económicas	176.733,21	1.228,84
Transferências entre administrações	1.054.393,52	9.660,23
Diversas não especificadas	2.461.043,38	25.804,44
TOTAL	16.536.260,12	158.321,52
TOTAL GERAL		16.694.581,64

9. OPINIÃO E PROPOSTAS

9.1) Relato e outros requisitos legais

A prestação de contas apresenta um relatório estruturado, incorporando a avaliação e acompanhamento do plano de ajustamento financeiro elaborado para efeitos de contratualização do empréstimo ao abrigo do PAEL.

É ainda nossa opinião que a informação constante do referido relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

9.2) Conclusão das verificações efetuadas e opinião

1. Com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança aceitável, sobre as demonstrações financeiras do exercício 2013, e se as mesmas estão isentas de distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com os princípios contabilísticos aceites em Portugal, para o sector autárquico, entendemos referir que em nossa opinião, que demonstrações financeiras referidas no ponto 1. deste relatório, apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspetos materialmente relevantes a posição financeira do Município, em 31 de dezembro de 2013 e o resultado das suas operações em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor autárquico.

Sem afetar a opinião acima, entendemos ser de relatar que:

- (1) O Município não vinha a aplicar na sua plenitude o princípio de especialização (ou acréscimo), preconizado no ponto 3.2 do POCAL, concretamente e com relevo para a dificuldade de mensuração de rubricas de dívidas de terceiros, uma vez que não estava implementado qualquer sistema de faturação, para além do associado à venda de água e componentes associadas. Este sistema entrou em funcionamento no início do mês de janeiro do corrente ano, tendo sido efetuado um levantamento junto dos serviços dos valores em dívida e ajustados os valores apurados quer em termos da dívida, quer em termos da provisão (imparidade) necessária.
- (2) Neste exercício foi disponibilizada pelo Sr. Presidente, a informação produzida pela Advogada do Município. Esta informação discrimina os processos judiciais em curso. Da sua avaliação, foram tomadas decisões quanto ao reforço desta provisão. É de referir que em anos anteriores esta informação não nos havia sido disponibilizada.

9.3) Propostas

Devem ser implementadas regras e alterados procedimentos que permitam:

- Uma adequada consolidação orçamental, com coerente estimativa de receitas e controlo integral do ciclo de despesa, para além do apuramento e utilização dentro dos limites permitidos dos fundos disponíveis e cumprimento das obrigações quanto ao prazo médio de pagamentos.
- Monitorização e controlo no reconhecimento das dívidas a receber, com recurso aos sistemas informáticos. A implementação do sistema de faturação, nos termos do Decreto-Lei nº 197/2012, de 24 de agosto conduzirá, em parte, à melhoria necessária. Com a entrada em funcionamento do mesmo, todos os procedimentos de registo de emissão de receita própria devem estar integrados no referido sistema.
- A continuidade na adoção dos procedimentos de contabilização dos compromissos futuros, a refletir no mapa do controlo orçamental da despesa os encargos futuros.
- Esforço na arrecadação de receita, sobretudo a corrente, de forma a permitir dar cumprimento à regra de equilíbrio orçamental, em cumprimento do disposto no art.º 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. Considera-se assim necessária uma gestão adequada das receitas com as devidas restrições na assunção da despesa a contratualizar.
- Para a dívida de Terceiros, apesar de se considerar de difícil recuperabilidade, importa desencadear trabalhos tendentes à arrecadação das dívidas consideradas de cobrança duvidosa, para além da não permissão de acumulação de dívida corrente.
- Investimentos futuros devem pautar-se apenas pelos necessários e inadiáveis, ponderadas as poupanças possíveis ao nível das receitas próprias, para que as mesmas possam vir a financiar a parte não participada no novo quadro comunitário.
- Face ao disposto no art.º 41º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, quanto à regra de anualidade e plurianualidade, o orçamento deve ser acompanhado do quadro plurianual de programação orçamental.
- Neste sentido, nos termos do art.º 45º da referida Lei, dado que a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte deve ser apresentada ao Órgão Deliberativo até 31 de outubro do ano corrente, os trabalhos de preparação dos referidos instrumentos previsionais devem iniciar-se atempadamente, ponderados os efeitos de férias e cumprimento de períodos mínimos para apreciação dos documentos, quer por parte do executivo, quer da oposição.

- Esforço tendente ao registo e valorização na sua integralidade dos bens que compõem o património municipal, para além do atempado encerramento de obras em curso.

Por fim acrescentamos que face aos comentários e recomendações efetuadas nos anos anteriores, verificamos uma melhoria decorrente da introdução de procedimentos mais adequados, que importa dar continuidade.

10. FACTOS OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

- ✓ O Município apresentou candidatura ao Programa II, do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), o qual foi aprovado, conforme Despacho nº 14763-D/2012, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 222, de 16 de novembro. O contrato foi assinado a 16 de novembro, sofreu dois aditamentos, tem um prazo máximo de 14 anos, cobrindo cerca de 90% das dívidas existentes, no âmbito do referido programa, ascendendo a 3.528.272,76€. O Município procedeu ao pagamento das faturas a que se encontrava obrigado e prestou a informação justificativa da sua utilização, para além da informação que prestou atempadamente a 30 de janeiro sobre o processo. Incorpora ainda na prestação de contas informação sobre o plano de ajustamento financeiro.
- ✓ O Município foi notificado quanto ao incumprimento das reduções legalmente estipuladas no que concerne aos pagamentos em atraso, ascendendo o montante do incumprimento a 783.739,85 €. Apresentou justificação dos factos que conduziram ao incumprimento, aguardando a apreciação dos motivos que estiveram na base do não cumprimento.
- ✓ Foi elaborado o Plano de Prevenção de Gestão de Riscos e Infrações Conexas para o ano de 2014 e o Relatório anual de Avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas do exercício de 2013.

11. AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este relatório, não queremos deixar de agradecer ao Sr. Presidente da Câmara e restantes Membros Executivos, bem como aos Colaboradores dos Serviços do Município a colaboração que nos foi prestada e manifestar a nossa disponibilidade para prestar os esclarecimentos adicionais que sejam considerados convenientes.

Sines, 8 de abril de 2014

Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.,
representada por


Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho (ROC n.º 658)